

**EDUCAÇÃO RURAL:  
DAS EXPERIÊNCIAS À  
POLÍTICA PÚBLICA**

# **Livros Grátis**

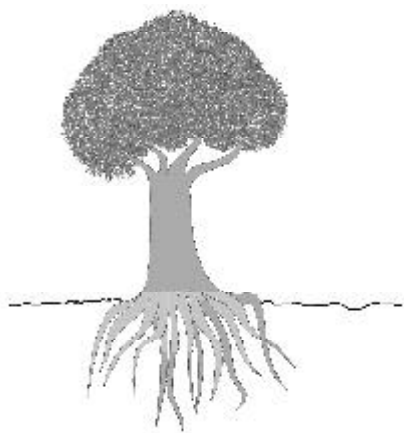
<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**EDUCAÇÃO RURAL:  
DAS EXPERIÊNCIAS À  
POLÍTICA PÚBLICA**

*Francisca Maria Carneiro Baptista*



série  
**DEBATES**  
e  
**AÇÃO**  
Volume 2

**2003**



SCN • Quadra 1 • Bloco C  
Edifício Trade Center • 5º andar • conjunto 512  
70710-902 • Brasília-DF  
Telefone: (61) 328-8661 • Fax: (61) 328-8661 ramal 216  
[www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)

## Ficha Bibliográfica

Baptista, Francisca Maria Carneiro, 2003 –  
Educação rural: das experiências à política pública/  
Francisca Maria Carneiro Baptista, Brasília : Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Ministério do Desenvolvimento Agrário, Editorial Abaré, 2003.

96 p.

1. Educação. 2. Escola(A). I. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD. II. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. III. Ministério do Desenvolvimento Agrário. IV. Editorial Abaré. V. Francisca Maria Carneiro Baptista. VI. Título.

CDU 370  
371

A responsabilidade pelas opiniões contidas nos livros, artigos e outras contribuições cabe exclusivamente ao(s) autor(es), e a publicação dos trabalhos pelo NEAD não constitui endosso das opiniões neles expressa e sim exclusivamente o cumprimento do papel de fomentador de debates e estudos das realidades territorial e agrária.

Da mesma forma, a referência a nomes de instituições, empresas, produtos comerciais e processos não representam aprovação pelo NEAD, bem como a omissão do nome de determinada instituição, empresa ou produto comercial ou processo não deve ser interpretada como sinal de sua aprovação por parte do NEAD.

A reprodução total ou em parte deste livro, por qualquer meio, somente pode ser feita com a expressa e formal autorização do(s) autor(es) e informada aos editores. Em qualquer hipótese deve-se citar a fonte.

# Sumário

<b>Prefácio</b> . . . . .	<b>7</b>
<b>I – Introdução</b> . . . . .	<b>13</b>
<b>II – Educação rural – seu momento atual</b> . . . . .	<b>16</b>
<b>III – Um olhar sistematizador sobre as experiências do MOC e do Sertão</b> . . . . .	<b>35</b>
<b>IV – Novos desafios na construção de políticas de educação para o campo</b> . . . . .	<b>63</b>
<b>V – Reflexões conclusivas</b> . . . . .	<b>66</b>
<b>VI – Bibliografia consultada</b> . . . . .	<b>68</b>
<b>Anexo 1</b> . . . . .	<b>71</b>
<b>Anexo 2</b> . . . . .	<b>78</b>
<b>Sobre os autores</b> . . . . .	<b>94</b>
<b>Sertão</b> . . . . .	<b>97</b>
<b>MOC</b> . . . . .	<b>98</b>



## Prefácio

**C**onhecer – Analisar – Transformar refere-se à ação pedagógica sobre o meio social em ambiente rural, na região de Feira de Santana, Bahia (NE). Mas, a experiência que ora se registra para conhecimento e análise de um ciclo bem mais vasto, nacionalmente, não o é por falta de modéstia, embora não seja modesta.

É uma experiência de **transformação de sujeitos** que se envolvem com a **educação**, que poderia ser dita **escolar**, se a **vida** for entendida como **escola de humanização**, com o desejável tempero **lúdico** de suas lições, numa **jornada ampliada**, não só de horas ou mesmo períodos, mas sobretudo de todos os **sujeitos** que nela interagem, em sua vontade *de bem-querer e bem-fazer!* Envolvem-se, e se percebem em **transformação**. E nisso não se sentem sós, isolados: como **aprendizes** do mundo, vivem em *estado de comunicação e permuta, sensibilizados* e em sintonia com outros *sonhadores com pé no chão...* Afinal os **sujeitos** são culturalmente o mesmo **homo sertanejo**... De Pernambuco (Serta) e alhures vozes se fazem ouvir *segundo e sugerindo outra*



*canção* (não a de ninar, perenizada no excludente *berço esplêndido*), a daqueles *que sabem e fazem a hora acontecer*. (Embora tanto se *espere* que até a voz de um Rui Barbosa se perde no deserto da indiferença oficial, desde 1882, quando apresentou na Assembléia, a pedido de D. Pedro II, o Projeto de Reforma do Ensino Secundário e Superior, e, entre outras colocações, dizia: “ *A civilização do país, seja qual for o aspecto sob que a encaremos, tem por principal motor o adiantamento intelectual de todas as classes da população* ” (citando um pronunciamento do cons. Paulino, na Câmara dos Deputados, em 1870), e continuava: *Se, numa frase hoje [!] impopular, somos um país essencialmente agrícola, e, apesar de não sermos, nem devermos ser, uma nação militarizada... lembremo-nos de que uma coisa há que mais pode em favor da lavoura do que a própria fecundidade do solo e em sua sustentação da integridade nacional do que os exércitos numerosos: é a ciência ... que ensina a não empobrecer o torrão fértil, e a converter a esterilidade mais ingrata na mais opulenta uberdade...* ”(p.11\*).

Dar maior e mais geral publicidade a estas múltiplas experiências, centradas todas na vivência do **campo** e na perspectiva de sua **sustentabilidade** em prol da **ecumene**; explicitar os **sinais** de que o próprio Conselho Nacional de Educação reconhece a especificidade da **cidadania** para o/a trabalhador/a rural, sua família e sua **escola**, e de que isso é de interesse e responsabilidade

---

\* Rui Barbosa. *Reforma do Ensino Secundário e Superior* (1882). Vol. IX, tomo I. Min. da Educ. e Saúde. Rio de Janeiro 1942.

de **nacionais**, re-afirmar que o Nordeste, mais ainda em seu recorte de *semi-árido*, tem uma **maioridade própria** de consciência, reflexão e perspectivas dentro de sua realidade e potencialidades – eis o sentido **deste depoimento para a história em construção**, costurado no dia-a-dia das várias comunidades rurais, e cujos vetores foram e são apresentados, avaliados e dinamizados em reiterados encontros e fóruns sindicais e de ONGs, com universidades e setores também governamentais nos níveis municipais, estaduais e federais, mais do que **oportuno** neste momento especial de *encontro do país com suas raízes populares*, do reencontro mesmo com **um sonho** oficialmente interrompido, a partir de 1964 e por longos 20 anos, pelo pesadelo da intervenção *pró-Ordem Constituída* na ótica das elites, alérgicas sempre a iniciativas como as do mestre Paulo Freire...

O melhor de um prefácio, porém, é acabar e ter tornado o leitor impaciente pelo que se segue, e que será incitante se você, leitor, é daqueles que gosta de **conhecer, analisar e transformar**(-se também). Apostemos, enfim, como *ainda* reza a Constituição cidadã em seu artigo 193, em que “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais” – a começar pelo campo, alavancado por uma **EDUCAÇÃO** em tudo e por tudo **democrática**.

**José Jerônimo de Moraes**



*Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social.*





# I

## Introdução

**A**o falar em *educação* referimo-nos a processos os mais variados, enfatizando sua dimensão formal, informal e outras. Efetivamente, ela acontece em casa, em reuniões, nos sindicatos, nas igrejas, no inter-relacionamento das pessoas. E, naturalmente, acontece também na escola.

Convencionou-se, por isso, tratar de *educação formal* a ministrada e trabalhada pelas escolas, pela rede de ensino; e de *educação informal*, as outras formas de educação.

Neste texto, trabalharemos com o corte de refletir a educação formal, especialmente, aquela ministrada nas escolas rurais. É verdade que falar de educação rural é algo conflituoso. Alguns educadores e teóricos da educação argumentam que a escola e a educação devem ser trabalhadas sem cortes específicos, atingindo a todos e todas na mesma perspectiva. Assim, ela é cidadã, questionadora, fornece às pessoas os conhecimentos de que necessitam para fazer frente e transformar a realidade em que vivem. Alguns outros reco-

nhecem a dimensão geral da educação, mas enfatizam a necessidade de certos ajustes pedagógicos, sociais e políticos, por meio dos quais se possa materializar a inserção das pessoas e grupos na sociedade, na produção do conhecimento e no fazer concreto da cidadania. Assim, segundo essa visão, a educação se deve realizar como um instrumento do desenvolvimento e este se concretiza e materializa no dia-a-dia dos homens e mulheres, na realidade onde vivem.

A perspectiva de trabalho que vamos assumir neste texto – enfatizar a necessidade do corte pedagógico e político da educação rural.

Resgataremos experiências e lutas do movimento social em busca de uma educação rural de qualidade, assim como refletiremos sobre as condições e processos dessa educação tal qual ela é ministrada hoje, na grande maioria das escolas rurais brasileiras; em seguida, resgataremos os elementos principais dos últimos documentos oficiais sobre educação, onde, justamente, se enfatiza a necessidade do corte pedagógico e político em relação à educação do campo; num terceiro momento, relataremos a experiência desenvolvida pelo MOC e pelo Serta<sup>2</sup>, na região de Feira de Santana, Bahia e, de Glória do Goitá e

---

2 Partilhamos com o prof. Abdalaziz de Moura os conteúdos e reflexões básicas, máxime, quando fazemos o relato das experiências do MOC e Serta para o Seminário da Contag, na construção de um texto básico para subsidiar os debates da Audiência Pública sobre Educação Rural, realizada pelo Conselho Nacional de Educação, em 2001.

adjacências, em Pernambuco; finalmente levantaremos alguns desafios que, hoje, se colocam para a implementação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

O convite para relatar e refletir a experiência foi feito ao MOC. Nós, no entanto, achamos por bem ampliar a questão, já que inserindo a experiência do Serta (Serviço de Tecnologia Alternativa – ONG de Pernambuco e com história de inserção conseqüente na busca de uma educação rural de qualidade), o relato ficará mais rico e mais amplo e demonstrará sua possibilidade real de atingir a área urbana de municípios rurais, e ir além da quarta série. Além disso, já tínhamos, em conjunto, um amplo material de sistematização de nossas práticas, textos esses adaptados e aprofundados neste momento.



## II

# Educação rural – seu momento atual

### 1. A educação rural e uma crítica à sua concepção

Discutir a escola, especialmente no interior dos estados, até pouco tempo era um tabu. De um lado, as autoridades por ela mais responsáveis consideravam uma ofensa qualquer debate mais crítico sobre a questão; e, de outro, os próprios movimentos sociais não tinham a escola como um dos centros de seu debate; de outro, ainda, a própria sociedade não olhava a educação e sua dimensão de qualidade como uma tarefa também sua. Outras reflexões, ainda, dão conta de que, na medida em que a escola se abriu para todos, especialmente para as classes populares, decresceu em qualidade e em interesse do próprio poder público.

Esse quadro, gradativamente, foi levando a uma deteriorização da escola, nas suas mais variadas maneiras.

Num olhar sobre as escolas do interior, especialmente aquelas do Nordeste, vamos nos defrontar com escolas ou salas de aula funcionando em casebres, em ruínas, com professores e professoras sem acesso a

processos sistemáticos de formação, com uma utilização político-partidária do sistema escolar, entre outras coisas. A prática desenvolvida, embasada naturalmente numa proposta política, indica que, para a área rural, qualquer serviço educacional que seja oferecido, já é coisa boa demais.

No entanto, uma análise da educação rural não se pode satisfazer apenas com os elementos acima aventados. Há que se ir mais fundo e buscar, na prática de cada dia, no processo pedagógico ministrado, na metodologia utilizada, nos conteúdos veiculados, a concepção política de educação, sua inserção ou não a serviço de um desenvolvimento incluyente e para todos.

Nesse sentido, o professor Abdalaziz de Moura, do Serta, assim se expressa, em palestra proferida em painel do IV Fórum Contag de Cooperação Técnica, denominado *Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, realizado em Recife, em novembro de 2000:

- *A escola e a educação que são proporcionadas aos alunos do meio rural não produzem os conhecimentos necessários, para que os mesmos com suas famílias, possam aumentar a produção e produtividade, agregar valor aos seus produtos, melhorar as tecnologias, aumentar sua renda”.*
- *Não valorizam os conhecimentos que os alunos já trazem da experiência de seus familiares, para interagir com conhecimento mais técnico, escolar e científico, nem levam em conta a sua realidade. O aluno entra na escola como se nada tivesse*

*aprendido com seus pais e como se, ao longo da escolaridade, nada pudesse aprender com os pais.*

- *Os valores cultivados na escola estigmatizam a agricultura e o agricultor, retiram-lhe a sua auto-estima, desvalorizam sua identidade camponesa e de classe social.*
- *O papel que a escola exerce, por meio de seu “currículo oculto”, é de ensinar que, se o agricultor quiser melhorar de vida, ele tem de sair da agricultura, tem de vir morar na cidade, tem de arrumar outro emprego. A escola identifica melhorar de vida com deixar a agricultura. “Vocês precisam estudar para não ficar como os pais de vocês!”*
- *A identidade conhecida pela escola é a de “matuto, pé-rachado, brocoió” em oposição ao urbano, desinibido, comunicativo, sabido, esperto e com o futuro garantido. Ou, então, disfarça os preconceitos: “ela é do sítio, mas é tão bonita”, como se as meninas do sítio fossem feias e as da cidade bonitas. “É um matuto, mas é educado”, “é pobre, mas, pense num sujeito decente”, ou “é do sítio, mas não é rude”.*
- *A educação e a escola consideram o trabalho dos pais como pesado, amaldiçoado e que ficou para analfabetos, para quem não teve chance de progredir, para quem não teve iniciativa de sair. Em seguida, os alunos que entram para estudar começam a esquecer o que aprenderam em casa; e, na escola, não aprendem outras coisas para interagir. Passam a ter vergonha de sua condição de filhos de agricultor.*

Todas essas coisas já foram identificadas, criticadas, analisadas pela educação popular, pela

pedagogia crítica, pelos movimentos sociais, pelos que estudaram a pedagogia da exclusão, a pedagogia da reprodução. Não há novidade nessas constatações. O movimento sindical está apenas confirmando o que já é óbvio. Porém, existe uma grande novidade. Qual é ela? É que, apesar dessas limitações, se começa a acreditar que esse papel exercido pela escola até agora pode ser revertido, que existem experiências bem-sucedidas nesse campo e que essa questão está começando a ser pauta e agenda, não só do movimento sindical rural, como de todos que querem construir a sustentabilidade do desenvolvimento. Não se trata de uma ingenuidade pedagógica de esperar da escola o que ela não pode dar, mas de redesenhar um outro papel para as sociedades que querem optar por outro modelo de desenvolvimento, diferente do que nos tem sido proporcionado.

Por conseguinte, fica óbvio que os problemas da escola e especialmente da escola rural não são apenas aqueles de móveis, carteiras, instalações, ou falta de dinâmicas de grupos. É evidente que todas essas coisas são importantes e que delas não podemos prescindir. Trata-se, no entanto, de conferir a esses problemas uma importância secundária, visto que é mais necessário um debate profundo em relação ao papel político da escola, na construção de um modelo diferente de desenvolvimento, sustentável e incluyente.

## **2. Movimentos, iniciativas e novas perspectivas para a educação no campo**

### ***2.1 A história e as múltiplas experiências***

Refletindo a problemática acima delineada, estudiosos, integrantes de movimentos sociais, igrejas, ONGs, algumas universidades e prefeituras começaram a se lançar na construção de opções diferentes de educação para o campo, a maioria delas centradas numa concepção que parte da realidade rural para a construção do conhecimento pelos professores, pais e alunos, valorizando a cultura local, incentivando a auto-estima e colocando a escola e a educação formal a serviço do desenvolvimento sustentável e incluyente.

Tais experiências sempre buscaram criar uma nova educação rural, quer forçando o surgimento de novas leis, quer buscando implementar aspectos da legislação que, embora existentes, eram ignorados pelas autoridades encarregadas de implementá-los. Isso é uma constatação histórica que não pode ser negada, mas que nos impulsiona a dar um passo à frente.

De fato, apesar de o Brasil ser um país de origem eminentemente agrária, a educação rural aqui nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre relegada a segundo ou terceiro plano, “apêndice” da educação urbana. Foi e é uma educação que se limita à transmissão de conhecimentos já elaborados e leva-

dos aos alunos da zona rural com a mesma metodologia usada nas escolas da cidade.

Não se faz relação com a vida dos alunos e de sua família, com o trabalho agrícola nem com o meio ambiente em que a escola está inserida. Não se conhece, não se respeita, nem se valoriza a cultura das famílias e da comunidade onde a escola se encontra e aí se excluem os pais do processo educacional e ignoram-se os conhecimentos que as crianças já trazem consigo para a escola.

As constituições brasileiras, desde a primeira, de 1824 até a de 1988, nunca se referiram à educação rural, como uma forma específica de trabalhar na sala de aula, valorizando diferenças étnicas e culturais, trabalho agrícola e a vida de população do campo.

Só a Constituição de 1988, no seu artigo 212, proclama a educação como “direito de todos e dever do Estado”, transformando-a, assim, em direito público subjetivo, independentemente de se residir na área urbana ou rural. Desse modo, os princípios e preceitos constitucionais da educação abrangem todos os níveis e modalidades do ensino ministrado em qualquer parte do país.

Assim, deixa brecha para que se adapte a educação à realidade de cada escola. Partindo daí, grupos organizados da sociedade civil começaram a pensar numa educação mais adequada para as escolas rurais e procuraram contribuir com propostas mais concre-

tas para a nova LDB. Oito anos depois de promulgada a nova Constituição, em dezembro de 1996, surge a nova LDB (Lei 9.394), dando um tratamento periférico à educação rural, pois só no seu artigo 28 trata diretamente da mesma.

**Art. 28** – Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

*I conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;*

*II organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do trabalho agrícola e às condições climáticas;*

*III adequação à natureza do trabalho na zona rural.*

Baseada na Constituição de 1988, que trata a educação rural no âmbito de igualdade de direito e do respeito às diferenças, a LDB também abre espaço para uma adequação da escola à vida da população rural quando se refere às diferenças regionais, como dita o artigo 26.

**Art. 26** – Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, por **uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.**

A Lei 9.424 (Fundef) valoriza o professor, independentemente do local de atuação, e prevê diferença valor/aluno rural (o que nunca foi cumprido pelo governo). Mesmo assim, a educação no campo continua com um tratamento periférico.

O que relatamos aqui, por conseguinte, é a constante tentativa da sociedade de fazer valer as leis e/ou forçar o surgimento de novas leis, na busca de construir uma educação do campo efetivada com e pela população local. Não é nosso intuito, portanto, fazer um levantamento exaustivo das mesmas, dado que não é esse o intuito deste texto, mas apresentar experiências alternativas, na busca de uma educação mais adequada aos anseios e necessidades do aluno do campo. Eis, pois, algumas delas:

- a) **Escola Família Agrícola** e experiências a ela agregadas, centradas na pedagogia da alternância, as quais valorizam imensamente a realidade rural, despertam vocações a ela atinentes e atuam, preponderantemente, com jovens e suas famílias. Essas experiências se espalham pelo Brasil afora, com uma história de sucesso no seu trabalho.
- b) **Os mais variados encontros de movimentos e organizações sociais *Por uma educação do campo***, que agregam os grupos sociais e igrejas, ao redor da temática educação do campo, numa perspectiva já de sistematização de experiências



prestes a projetar uma interferência mais consolidada em políticas públicas de educação do campo; está havendo uma articulação de cunho nacional, projetando-se para coletivos de nível estadual (os Fóruns de Educação no Campo) onde se discutem experiências, se sistematizam práticas, se aprofundam temas e se busca construir uma interferência coletiva em regulamentações e políticas oficiais de educação no campo.

- c) No âmbito do semi-árido, cresce e toma corpo o debate denominado *Educação para o semi-árido brasileiro* uma espécie de corte mais específico da questão da educação no campo, dado que a proposta é colocar a escola a serviço de um desenvolvimento sustentável e de uma vida digna no semi-árido, para o que não apenas são necessárias metodologias adequadas de tratamento da questão, como também a inserção, como conteúdo escolar, de temas específicos que dizem respeito, incentivam e capacitam para uma convivência sadia com o semi-árido; na prática, quase todos os estados do semi-árido estão se inserindo, aos poucos, na articulação que se denomina Rede de Educação no Semi-Árido Brasileiro – Resab com coordenações estaduais e incentivadas pelo IRPAA e a Universidade do Estado da Bahia, campus Juazeiro da Bahia. O esforço da Resab já não é mais e apenas de se voltar à sociedade civil, mas envolver secretarias municipais de Educação, universidades,

ONGs, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime e todos aqueles que estão buscando e experimentando algum processo prático de construir uma proposta de educação mais adequada ao semi-árido.

- d)** Experiências de alguns movimentos da sociedade civil, embasados nos artigos 26 e 28 da LDB (já citados) que incentivam adaptações regionais dos currículos e que falam, explicitamente, da necessidade de se ter uma adequação para a área rural, propuseram, às Câmaras Municipais, conteúdos específicos a serem veiculados na escola e que dão conta da realidade rural e do semi-árido e, mais ainda, propõem uma capacitação especial para os professores, nesse particular.
- e)** Prefeituras municipais também experimentam, como acontece em Curaçá, BA, em Vicência, em PE, todo um currículo adequado à área rural e à valorização da cultura de sua população, desenvolvendo também processos de capacitação específica nesse campo; para professores/as das escolas do campo.
- f)** ONGs como o Serviço de Tecnologia Alternativa – Serta, de Pernambuco, e o Movimento de Organização Comunitária – MOC, em Feira de Santana, BA, desenvolvem em parceria com universidade e prefeituras municipais uma proposta sistematizada e fundamentada de educação rural, inclusive já

com publicações didático-pedagógicas.<sup>3</sup> Essa experiência denomina-se Proposta de Educação Rural – PER, em Pernambuco, e Conhecer, Analisar e Transformar a realidade rural – CAT, na Bahia. A proposta se centra, basicamente, nos mesmos pilares e vem se ampliando para mais e mais municípios. Na Bahia, além de oito municípios que vivenciam tal proposta, ultimamente, a mesma está sendo aplicada nas Jornadas Ampliadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, capacitando as crianças para um maior conhecimento de sua realidade e desenvolvendo a capacidade cidadã de interferir para modificá-la.

- g)** Coordenado pelo IRPAA, desenvolve-se na Bahia e no Nordeste um esforço de elaboração de materiais didáticos com conteúdos específicos sobre o semi-árido. Alguns já foram publicados e a elaboração do livro *Convivência com o semi-árido* para alunos e professores de 1ª a 4ª série está sendo discutida.
- h)** A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag já colocou em sua agenda, como dimensão de prioridade, a questão da educação rural, fato este que vem se desdobrando

---

<sup>3</sup> *Escola Rural, uma Experiência uma Proposta* – livro feito com a participação das duas organizações citadas acima e a contribuição de professores que vivenciaram a proposta. O boletim *A Voz do CAT*, editado pela Coordenação Geral do CAT, à razão de três números por ano, proposta pedagógica que explicitaremos mais adiante e produzido com base em experiências de professores e professoras rurais e textos de alunos.

nas duas federações e sindicatos, alguns dos quais já começam a trabalhar mais concretamente essa problemática.

- i) O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera há tempos vem desenvolvendo experiências e processos de uma educação adequada à realidade dos assentamentos de reforma agrária.

Pode-se dizer, conseqüentemente, que de Norte a Sul aparecem e são sistematizadas experiências, debates e teorizações que expressam o desejo, o anseio e a busca de uma educação adequada à realidade do campo e que seja instrumento de um desenvolvimento incluyente de todos.

Todas essas experiências têm, aproximadamente, algo em comum: consideram que a questão da educação rural vai muito além de mudanças didáticas, de melhoria de equipamentos, de capacitação de professores. O importante é discutir a concepção de educação e sua inserção ou não a serviço de um modelo sustentável e justo de desenvolvimento e que tal concepção se reflita no planejamento pedagógico dos sistemas de ensino e das escolas rurais de todo o país.

Como bem explicita o professor Abdalaziz de Moura:

*Somos muito tentados a pensar que o problema da escola em relação à realidade rural é só de condições. Melhorando-as, a educação vai melhorar. Nós também, quando começamos em 1992*

*a enfrentar o desafio de uma escola para o meio rural, pensamos que era por aí. Era uma questão didática, de temas, de dinâmicas, dos conteúdos curriculares, de capacitação das professoras. Entramos mexendo nisso tudo. Porém, quando entramos mesmo no sistema de ensino, descobrimos um rombo maior.*

*A dificuldade era o que a escola incutia na cabeça dos alunos, dos pais, dos próprios educadores, sobre qual era o papel da escola, qual era a finalidade da mesma para as pessoas, para a comunidade, para o município. A professora era formada e trabalhava para incutir, na cabeça de todos, que a escola era para ensinar a ler, escrever, calcular, aprender línguas, passar para as gerações novas o saber organizado, programado, que as gerações anteriores já sistematizaram.*

*Nesse sentido, a escola não tinha nada a ver com o avanço da cana ou sua decadência, com a seca ou com o inverno, com o subdesenvolvimento. A professora passava 25 anos ensinando numa comunidade, mas não precisava produzir conhecimento sobre essa comunidade, sobre a produção das famílias, sobre os animais que são criados ali, sobre os rios que são poluídos, sobre as carências que a população tem, sobre as potencialidades de mudança. Não interessava se haveria safra ou não, se haveria terra e semente para as pessoas plantarem ou não.*

*O produto dessa escola é um cidadão adulto individual, que aprendeu a ler e foi embora para uma cidade maior. A escola ensinou o que tinha de ensinar, a professora sente-se satisfeita, porque preparou gerações inteiras que foram ganhar a vida em outro local melhor. O sistema municipal esforça-se para pôr os alunos nas escolas. São dois mil, três, quatro, seis, oito, dez mil alunos, cada um com 4 horas/dia dedicadas*

*ao estudo. São cem, duzentas, trezentas professoras, dedicando o mesmo ou mais tempo. Chega a quatro, cinco, milhões de horas durante o ano letivo! O recurso que paga toda essa mobilização é público. Perguntamos: o que a escola produziu, construiu sobre a realidade, sobre o município? Que pesquisa realizou? Que diagnóstico apresentou? Que ação provocou nas famílias? Que aumento de produção induziu? Que organização fortaleceu? Se fosse uma marca de cerveja que pagasse tantas horas de capacitação para os seus vendedores, que serviço esperaria dos mesmos?*

*As professoras têm surpreendido com tais perguntas. Não imaginavam que a escola poderia ter esse papel, que a escola poderia rediscutir sua finalidade, seu papel social, político e pedagógico. Achavam que só seria possível discutir as didáticas, as formas de passar os conteúdos, as dinâmicas para os alunos, ou então as coisas que vem do MEC, da Secretaria Estadual e Municipal de Educação. Pode discutir Parâmetros Curriculares, Avaliação da Aprendizagem, Formação em Serviço. Mas a finalidade da educação, nada! Nem pensar!*

## **2.2 O Conselho Nacional de Educação e a educação no campo**

Assim, a busca de leis que explicitassem formas de atuação específica para a escola rural foi-se encaminhando até que surgiram as **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo** – na Resolução nº 01, de 3 de abril de 2002, da Câmara de Ensino Fundamental do Conselho Nacional de Educação.

Tal resolução traz princípios e procedimentos, para que a educação rural tenha uma identidade, refletindo a peculiaridade constitutiva da população campesina, a quem essa educação se destina. Ela, inicialmente, nos três primeiros artigos, assim define a *educação rural*:

*É toda ação educativa desenvolvida junto às populações rurais e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, e formas de compartilhar a vida.*

Em seguida, apresenta elementos essenciais para que tal educação aconteça.

Como se trata de educação rural, a prof<sup>a</sup>. Socorro Silva, da UnB, a comparou com uma árvore e fizemos juntas a seguinte representação, para facilitar o entendimento das pessoas.

# A EDUCAÇÃO RURAL que queremos

É preciso  
a escola

mudar  
que temos



**Esta é a Educação rural que queremos construir no território brasileiro.**

**As raízes** são os princípios pedagógicos, políticos filosóficos e metodológicos que fundamentam as decisões sobre educação/escola. **O tronco** é a escola que prepara os alunos em habilidades humanas comuns a todas as escolas (lado direito) e em habilidades específicas do campo (à esquerda).

**Os galhos** representam os cinco elementos essenciais, para que a escola rural cumpra bem o seu papel de “inserção cidadã da população rural na definição dos rumos da sociedade brasileira” (introdução da Resolução nº 1).



Estes elementos são:

1. Proposta pedagógica e organização curricular (arts. 4º e 5º).
2. Organização do sistema de ensino e estrutura escolar (art. 7º).
3. Gestão escolar participativa e valor das parcerias (arts. 8º e 9º).
4. Formação inicial e continuada dos professores (arts. 12 e 13).
5. Financiamento da educação nas escolas do campo (arts. 14 e 15).

**O bom ou mau funcionamento da escola depende da qualidade e seriedade desses elementos, que precisam ser bem estudados, pensados, planejados coletivamente e implementados.** Não basta incluir no curso temáticas de agricultura ou meio ambiente. É preciso haver um planejamento pedagógico enraizado na especificidade rural.

Essa lei confirma e aprofunda o que já fazíamos com o CAT, o que o Sertão faz com a PER e o que as múltiplas experiências espalhadas pelo Brasil já tentavam: **partindo da realidade, construir conhecimentos localizados**, para a seguir chegar-se ao conhecimento universal. Agora, no entanto, o debate se amplia, porque atinge o sistema de ensino, reforça a necessidade de uma gestão participativa – de formação continuada e específica dos professores, – de um planejamento

pedagógico coerente com a realidade, – de um financiamento também específico, e, mais do que nunca, – de a educação se inserir, de verdade, na construção do desenvolvimento sustentável.

Sim, a escola rural que queremos tem de ser:

- propulsora e estimuladora da agricultura, do desenvolvimento da comunidade;
- provocadora e construtora de conhecimentos novos que possam interagir com o conhecimento que as famílias têm;
- intérprete da realidade local;
- capaz de construir nova identidade para quem trabalha na agricultura, na pecuária, nas agroindústrias;
- o sistema de ensino tem de ultrapassar as paredes da escola e se encontrar com inúmeros espaços pedagógicos existentes e disponíveis nas propriedades rurais, nas comunidades, nas roças, nos rios, nas aguadas, nos sindicatos e associações.

Sim! É necessário imprimir uma identidade na educação rural, para que se:

- resgate, valorize e respeite a sua cultura;
- incentive a preservação do meio ambiente;
- aproveitem os conhecimentos e experiências do homem e da mulher do campo, valorizando o seu trabalho e o seu viver;
- criem, a partir daí, novos conhecimentos para am-

pliar nos alunos a visão da agricultura, como meio de melhorar as condições de vida da população camponesa;

- descubram com os alunos e familiares formas de captação e conservação da água no semi-árido, bem como da convivência sustentável nessa região com criatórios e plantas adequadas.

*Finalmente:* que se interfira na transformação de hábitos e técnicos que tragam mais saúde, vida e conforto à população e um desenvolvimento sustentável para todos, ou seja, que tal educação seja um eficaz “instrumento de participação democrática e de luta pela justiça social e pela emancipação humana”.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> *Por uma Educação do Campo* – Declaração 2002, Item 11, do Seminário Nacional por uma Educação do Campo – Brasília, 26 a 29/11/2002.

### **III**

## **Um olhar sistematizador sobre as experiências do MOC e do Serta**

O MOC e o Serta vêm desenvolvendo, há anos, experiências de educação rural. A caminhada dessas duas organizações tem sido rica em mútuas aprendizagens. O MOC bebeu a inspiração metodológica (entendendo-se que nenhuma metodologia se debate e aplica sem uma concepção política que a embase) na experiência do Serta. A partir daí, foi desenvolvendo o trabalho, adequando-o à sua realidade. Frequentemente, representantes das duas ONGs se sentam, refletem o que fazem, aprofundam processos, explicitam aspectos políticos e metodológicos de suas práticas, desenvolvem novas metodologias.

As reflexões a seguir retratam a análise que as duas ONGs fazem de sua trajetória no campo da educação rural. Tais reflexões foram feitas como subsídio à Audiência Pública do Conselho Nacional de Educação sobre a Educação Rural que discutiu e originou a Resolução nº 01, de 3/4/2002 sobre Diretrizes Operacionais e enriquecidas, posteriormente, com novas práticas.

# 1. O que levar em conta quando se fala em educação rural

## 1.1 A situação da educação rural

Já existe, como já nos referimos antes, um consenso sobre as precariedades da educação e da escola rural: elementos humanos disponíveis, processos de formação, supervisão e monitoramento, alto nível de evasão escolar e repetência, defasagem idade-série, turmas multisseriadas, infra-estrutura e espaço físico insuficientes, salários desestimulantes. Além dessas condições, impera o preconceito de que a escola rural é para o pobrezinho, o matuto, a criança conformada com a pouca aprendizagem, incapaz de ser avaliada com rigor. O **currículo oculto** passa a idéia de que o mundo rural precisa ser deixado por quem quer vencer na vida, uma vez que ali não há chance de progredir. Argumentam que os pais são pobres porque são agricultores e não por outras razões. O papel que a escola exerce é destruidor da auto-estima do agricultor. Favorece o êxodo, como bem diz o texto abaixo:

*É necessário e possível, portanto, se contrapor à lógica de que a escola do campo é escola pobre, ignorada e marginalizada, numa realidade de milhões de camponeses analfabetos e de crianças e jovens condenados a um círculo vicioso: sair do campo para continuar a estudar e estudar para sair do campo. Reafirmamos que é preciso estudar para viver no campo.<sup>5</sup>*

---

5 Declaração 2002 já citada, item 2.

## ***1.2 Tentativas de intervenção para melhorar a escola rural***

Boa parte das intervenções para modificar a realidade da escola rural baseia-se no princípio de que os seus problemas estão nas carências de infraestrutura e materiais. A solução, então, é atender às mesmas. Não se busca noutros âmbitos, como: adaptação dos currículos à realidade rural, aumento de material didático, jornada complementar ou integral, além da melhoria da infra-estrutura, reforço da merenda escolar, aquisição de equipamentos, auxílio econômico às famílias, formação de professores etc. Mas isso também não basta. Os programas governamentais do tipo Peti, Bolsa-Escola e similares não avançam além dessas soluções. Muitos municípios, quando reivindicam uma melhor educação rural, cobram essas iniciativas. Gestores, beneficiários e participantes de programas desse porte satisfazem-se com o alcance desses resultados. Claro que são condições que vêm ajudar a escola a fazer melhor o papel que sempre fez: ensinar a ler, escrever e contar.

## ***1.3 Nossos referenciais para pensar a educação rural***

Pensamos, também, que essas carências fazem parte do problema. Porém, não constituem a parte mais importante. Há questões que estão no alicerce dessas carências. Precisam ser atingidas onde estão, na base,

nas raízes, nas causas. Quando se atua apenas nas carências, acaba-se camuflando, se escondendo as questões mais profundas. Cria-se um campo de intervenção tão amplo, são mobilizadas tantas energias e recursos, gratificam-se tantas pessoas, são trazidos tantos dividendos políticos, que as pessoas ficam impermeabilizadas, impedidas de mergulharem mais fundo na análise da educação e escola rurais. Não se discute o papel que a educação vem exercendo no meio rural. Não se discute qual a cultura e o modelo de desenvolvimento que criaram essa educação e essa escola, e que são alimentados por elas. Não se questiona sobre os fins, os porquês, os qualitativos. Apenas sobre os meios, o como, o onde, os quantitativos.

Para nós, é preciso pensar e fundamentar melhor a educação que queremos, mudar os princípios filosóficos e políticos que orientam a educação no campo. É aí que se baseia e se diferencia a experiência do MOC e do Sertão.

## **2. A nossa concepção de educação**

### ***2.1 Educação e cultura***

Tanto a escola como a educação rural existem dentro de uma cultura. É dentro da cultura existente que a escola e a educação são construídas. A educação favorece e reforça a cultura. Segundo Durkheim, “a educação é o que os mais velhos ensinam aos mais

moços, para esses se comportarem como aqueles”. Esse tem sido o grande papel tradicional da educação. A recíproca é verdadeira, a cultura favorece e reforça os modelos de educação e de escola.

A cultura é o que está mais profundo nas pessoas e grupos, representa o inconsciente coletivo. É ela que determina os hábitos e costumes. No entanto, a cultura tradicional e vigente exige da escola apenas um papel pedagógico, didático, de ensinar a ler, escrever, calcular, como se, aprendendo essas coisas, as pessoas estivessem aptas para viver bem no mundo atual. Os esforços convencionais por uma educação de qualidade reforçam esse papel. Queremos uma educação que respeite e valorize a cultura dos camponeses.

## ***2.2 Educação e modelos de desenvolvimento***

Desenvolvimento com sustentabilidade é hoje um grande consenso. O MOC e o Serta estão trabalhando educação para que a escola ajude, reforce, contribua para a criação desse novo modelo. E também pela recíproca, para que esse novo modelo inspire a educação e a escola. Acreditamos, ainda, que, se não for assim, a educação estará trabalhando para outros modelos de desenvolvimento e por eles sendo, reciprocamente, reforçada. Nem a educação, nem a escola são neutras diante dos modelos de desenvolvimento. Elas são fruto e semente, ao mesmo tempo, dos modelos vigentes nas culturas.



Em outras palavras, elas são políticas, elas exercem um papel político, elas ajudam a construir ou a modificar os modelos que as inspiram. A educação e a escola que temos no meio rural reforçam o modelo insustentável de desenvolvimento. Não dá para pensar sustentabilidade com essa educação. Buscamos outra!

### ***2.3 Educação x Educação rural***

Só podemos distinguir educação rural de educação urbana levando em conta essas premissas. Se o papel da escola, na área rural, for só o de ensinar a ler, escrever e contar, o que se tem a acrescentar na escola rural é apenas no nível das adaptações didáticas e do atendimento às carências, para que a mesma possa viabilizar melhor o seu papel. Mas, se for para a escola ajudar a construir outro modelo de vida e de desenvolvimento e por ele se inspirar, algumas tarefas específicas justificam a distinção entre educação rural e urbana. Entre elas, o **resgate e o fortalecimento da auto-estima do agricultor familiar. Descobrir o que existe também de prazeroso em ser agricultor**, pois o que, até agora, a escola fez foi insistir no vergonhoso e pesaroso. **Não se trata apenas de adaptações curriculares, de didática, mas de postura, de filosofia, de visão de mundo, de tarefa política específica no meio rural.**

### 3. Concepção teórico-metodológica

As duas entidades pontuam, cada vez que fortalecem mais a sua prática, que a riqueza da proposta educacional está na concepção filosófica, teórico-metodológica. As ações didáticas, as dinâmicas, os conteúdos são resultados dessa concepção. Não dá para separar essas dimensões da concepção. Em outras palavras, a proposta educacional prevê um novo e inovador papel para a educação. Poder-se-ia até dizer que, historicamente, esse papel não é novo, a escola já o exerce nas culturas onde se situa. Novo seria o contexto, isto é: se antes, a escola reforçou sempre o modelo de desenvolvimento vigente e por ele foi reforçada, é chegada a hora de fazer o mesmo com o desenvolvimento sustentável, reforçá-lo e por ele ser reforçada. Seria apenas fazer o que sempre fez, mas com outra concepção de desenvolvimento.

Esse raciocínio é correto, mas, um detalhe: os modelos tradicionais de desenvolvimento já estão incorporados à cultura, já fazem parte dela. Assim, a escola já atua reforçando-os ou sendo reforçada, quase que de forma inconsciente. Como um católico, que é católico simplesmente por conta da família ter sido e não por opção de fé. Esse papel, a educação já exerce de forma tão arraigada e incorporada, que os estudiosos da sociologia do currículo, chamam de **currículo oculto**.

Em nossa visão, essa tarefa teria de ser explícita e consciente. O novo modelo de sustentabilidade está

longe da nossa cultura, da nossa economia, da nossa política, da nossa gestão. Os modelos tradicionais, ao contrário, já estão incorporados, aculturados. Para criar nova cultura e novo modelo, só com outros papéis inovadores, com mudança de postura dos(as) educadores(as).

### ***3.1 Princípios básicos da educação assessorada pelo MOC e Serta***

- a) A escola tem um papel junto aos modelos de desenvolvimento e à cultura**, que precisa ser explícito. Sem explicitar esse papel, as iniciativas para melhorar a educação rural arriscam-se a permanecer na superfície. Nos meios e não nos fins. Arrisca-se a fugir e passar ao lado daquilo que, de fato, pode fazer mudanças.
- b) O conhecimento não é neutro e é instrumento privilegiado de intervenção na realidade para modificá-la.** Há um modelo novo de desenvolvimento que ainda não está incorporado à cultura e precisa ser construído. O conhecimento é uma ferramenta que deve ser usada a favor da incorporação desse modelo na cultura.
- c) Conhecimento, todas as pessoas possuem e podem construí-lo melhor ainda.** Sendo assim, a escola precisa levar em conta os conhecimentos que os pais e os alunos já dominam. Todos são aprendi-

zes e mestres, cada um em seu lugar social. Ninguém é dono do conhecimento. Essa convicção muda a postura dos envolvidos no processo.

- d) A construção do conhecimento passa por outros paradigmas diferentes daqueles a que estamos acostumados: compartimentados, separados.** Sem uma visão holística e interdisciplinar não é possível entender a sustentabilidade do desenvolvimento e a ligação da educação com as interfaces do mesmo.
- e) Os espaços pedagógicos de formação não são apenas os espaços de sala de aula, mas também aqueles da produção agropecuária, da família, da convivência social, da cultura, dos serviços.** A sala de aula é um espaço específico de sistematização, de análise e de síntese.
- f) A pesquisa não é só uma ferramenta de construção de conhecimento, mas é uma postura diante da realidade.** Educando e educador precisam assumir essa postura, com senso crítico, curiosidade e “questionamento reconstrutivo” (Pedro Demo), e ao mesmo tempo, cultivar essa ferramenta como metodologia de ensino e aprendizagem.
- g) Educação não se faz sem cidadania, sem participação política, sem envolvimento dos sujeitos sociais no projeto de vida das comunidades.** O desenvolvimento com sustentabilidade exige

construção, implementação e controle social de políticas públicas sociais básicas e para o desenvolvimento. Tudo isso começa na escola, exercitando a solidariedade, a participação, o respeito pelo outro, pelo diferente.

- h) A avaliação do ensino e aprendizagem engloba não só os conhecimentos, como conteúdos, nem só os instrumentos, como também os processos, os produtos, numa dimensão permanente e sistemática, em formas de hétero e auto-avaliação.**
- i) Os conhecimentos novos construídos de forma inovadora provocam e conduzem os participantes do processo a novas ações e posturas.** A aprendizagem consiste em “aprender a aprender, a ser, a fazer, a conviver” como diz a Unesco. Nós acrescentamos “aprender a compartilhar”.
- j) Os paradigmas da sustentabilidade supõem novas relações entre pessoa e natureza, entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas.** A educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural e intergeracional.

### ***3.2 Metodologia***

Nossa metodologia busca efetivar e viabilizar esses princípios. É construída em função deles, ou seja, em

função dos fins da educação. Precisa identificar e respeitar as crenças, os valores presentes nos municípios. Na proposta educacional das duas entidades só há uma metodologia. Para desenvolvê-la, existem mil técnicas, dinâmicas, variações, adaptadas às circunstâncias locais, ao campo formal e não-formal. O MOC desenvolve a proposta na região sisaleira da Bahia, da primeira a quarta série. O Serta, na zona da mata, do agreste e de transição das duas, em Pernambuco, no meio rural e urbano, mais com alunos do ensino médio – já no Estado de Rondônia, a mesma proposta é aplicada no garimpo de cassiterita, município de Ariquemes. Ambas as entidades utilizam a proposta em parceria com os municípios, tanto no campo formal da jornada regular, como naquele não-formal, da jornada ampliada. No entanto, essas adaptações são feitas dentro de um roteiro metodológico básico que inclui quatro etapas. Essas etapas não são cronológicas, isto é, não vêm, obrigatória ou isoladamente, uma depois da outra. São ontológicas e dialéticas. Há uma predominância circunstancial de uma sobre outra, no momento em que se desenvolve cada uma, mas são entrelaçadas e independentes. Vejamos!

### ***3.2.1 Primeira etapa***

Utilizamos vários verbos para indicar essa etapa. Cada verbo explicita uma dimensão. **Conhecer, ver, levantar dados ou informações, observar, pesquisar** por meio de perguntas, de observação, de “tempestade de idéias”. É a primeira **aproximação**

que os educandos fazem entre o tema escolhido para aquele período escolar e a realidade a ser estudada. A construção do conhecimento é feita a partir do que as pessoas já vivenciam, experimentam, sentem ou sabem. Essa primeira aproximação é imprecisa, particular, sensível. Corresponde a um levantamento inicial de saberes, de práticas, dados e informações. O(a) educador(a) passa como tarefa, como dever de casa, como trabalho escolar, na medida do possível, envolvendo outras pessoas, que não só os educandos, na geração desses dados. Daí percebe-se a importância fundamental dessa tarefa do envolvimento da família e da comunidade.<sup>6</sup>

Nesse passo metodológico, as crianças são incentivadas e orientadas, como trabalho escolar, a desenvolver pesquisas sobre a realidade local, a partir de um tema gerador (p.ex., água para consumo humano: quem tem acesso, que tipo de acesso, que tipo de tratamento é dado à água etc.; serviços públicos: que tipo de serviços existem – escola, postos de saúde, telefone, estradas; sua qualidade e tipo de atendimento; cultura: festas, músicas, tradições, remédios caseiros, história da própria comunidade).

Trata-se de um momento ímpar de inter-relação da escola com a comunidade e de produção inicial de conhecimento. Esse momento tem operado, também, como aproximador dos pais para com a esco-

---

<sup>6</sup> Ver *Conhecer* nas fichas pedagógicas, em anexo, ou no livro *Escola Rural, uma Experiência, uma Proposta*, MOC. Feira de Santana, BA, 2. ed., 1999.

la. De fato, quando as crianças levam para casa “deveres de casa” que dizem respeito à vida concreta das famílias e seus problemas, os pais, mesmo anal-fabetos, têm condições reais de ajudar seus filhos na sua realização. Isso os aproxima da escola, os torna co-responsáveis pelo processo de ensino/aprendizagem, além de oportunizar mais diálogo entre pai/mãe e filhos.

### **3.2.2 Segunda etapa**

Com os resultados apresentados pelos educandos em sala de aula, o/a educador/a passa a processar os dados, as informações e os conhecimentos trazidos pelas pesquisas e tarefas dos educandos. **Usamos os verbos analisar, desenvolver, desdobrar, julgar, aprofundar, registrar e computar os dados para análise.** Nessa etapa, o conhecimento avança para outro patamar, o/a educador/a junta, tematiza, acrescenta, enriquece, desdobra em conteúdos curriculares de matemática, português, ciências, história, cultura e arte. Dependendo do assunto pesquisado pelo aluno, o/a professor/a busca ampliar mais os conteúdos, porém, sempre de maneira interdisciplinar. Nesse processo de análise e aprofundamento, o/a educador/a faz uso de novas pesquisas. É a primeira etapa sendo usada dentro da segunda. Também avalia-se como foi a pesquisa, as dificuldades que os alunos encontraram, como se sentiram, como foram acolhidos. É a quarta etapa dentro da segunda. **A predominância, porém, é de aprofundamento.**



Nesse momento pedagógico com os alunos, **o(a) professor(a) processa uma síntese e uma reflexão sobre a realidade pesquisada. É o momento de entender criticamente a realidade e de construir/ampliar o conhecimento. Inserem-se os conteúdos curriculares, ou seja, a partir da realidade conhecida, as crianças aprendem ciências, geografia, matemática, história.**

### ***3.2.3 Terceira etapa***

Os conhecimentos, uma vez desdobrados, aprofundados e analisados, serão sintetizados, arrumados para serem apresentados pelos educandos para as famílias ou outros grupos que participaram da construção inicial desse conhecimento. Os educandos e o/a educador/a vão dar uma satisfação, fazer uma prestação de contas do que foram capazes de fazer com as informações iniciais que colheram. E vão provocar as pessoas, com o novo conhecimento adquirido, para uma ação. **Usamos os verbos transformar, agir, intervir na realidade.** Se partimos do princípio que o conhecimento não deve ser uma mera construção intelectual, e que a escola tem um papel político/pedagógico para com os educandos e a comunidade, **é a hora de provocar essa ação, essa mudança.** Os educandos procuram enriquecer essa devolução com recursos artísticos culturais, como poesia, teatro, gráficos, desenhos, apresentações animadas. É uma forma de reconstruir os conhecimentos, de apropriar-se, e

também uma forma prazerosa de apresentar aos pais o que conseguiram descobrir, construir e aprender.

**Esse é o momento pedagógico onde**, a partir do analisar, **as crianças e professores definem sobre que aspectos da realidade estudada a escola e a comunidade podem intervir** naquele momento, para modificá-la. Por exemplo, melhor conservação dos bens públicos; diálogo com o poder público na busca de serviços; melhores mutirões de solidariedade.

### **3.2.4 Quarta etapa**

No decorrer de um mês ou mais, a escola já passou por essas três etapas. Já pesquisou, já aprofundou os dados, já devolveu e envolveu a comunidade, ou a escola ou a turma, em ações concretas. **É chegado o momento de dar um balanço, de avaliar os processos vivenciados**, os conteúdos construídos e assimilados, as habilidades desenvolvidas e/ou exercitadas (participação, interesse, solidariedade, respeito etc.), os sujeitos que participaram do processo, e os resultados alcançados. As formas e os instrumentos para fazer a avaliação são as mais variadas, como auto e heteroavaliação. Cada ator avalia o seu envolvimento e aprendizado e avalia os demais. O educando avalia a sua participação, a das famílias e a do(a) educador(a); o(a) educador(a), a mesma coisa, e as famílias também.

Não dá para pensar novo papel da escola sem o seu envolvimento com as famílias e vice-versa. Nessa

proposta, todos aprendem e ensinam, todos são co-responsáveis pelo crescimento uns dos outros. Toda essa descrição está exemplificada nas fichas pedagógicas em anexo.

### **3.3 Conteúdos**

Se a escola e a educação passam a exercer novo papel na comunidade, elas também precisam de novos conhecimentos, novas ferramentas. Para se tornarem cidadãos, os educadores e educadoras precisam ter outros domínios, além dos códigos formais da escrita, do cálculo, da leitura e da matemática. Precisam dominar novas habilidades e passar por novas vivências. A escola necessita criar novas atividades, além da docência. Levando em consideração a LDB, as Diretrizes Operacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, assim com as recomendações da Comissão Internacional de Educação da Unesco (aprender a aprender, a ser, a fazer, a conviver e partilhar), podemos sugerir algumas temáticas, conscientes de que devem ser ajustadas, de acordo com os níveis dos educandos, o local da escola, as condições subjetivas e objetivas de cada situação. Todas essas temáticas incluem os conhecimentos disciplinares. Vejamos:

- a)** Os ecossistemas locais: as relações homem, planta, solo, água, animais, clima, temperatura, microorganismos etc.
- b)** Manejo sustentável das culturas (plantações) e criatórios locais/regionais.

- c) Matéria orgânica, técnicas de conservação, correção e adubação do solo.
- d) Controle natural (orgânico) de pragas e doenças das plantações e dos animais.
- e) Agregação de valor aos produtos, mercado e *marketing*.
- f) Empreendedorismo e negócios (cultural, econômico financeiro e social).
- g) Formas de organização do trabalho (associativismo, cooperativismo, empresas).
- h) Cultura local: história, tradição, festas, lutas, conquistas, valores, identidade étnica, política, social, ambiental, inclusive relações sociais de gênero e geração.
- i) Direitos (códigos do consumidor, das águas, fauna e flora...).
- j) Constituição e leis orgânicas de saúde, assistência social e educação.
- k) Terra, produção e produtividade.

#### **4. Práticas e experiências em parcerias**

Toda essa proposta vem sendo vivenciada desde 1994, com um crescente e contínuo aperfeiçoamento. Inicialmente, foi pensada apenas como uma Proposta de Educação Rural – PER, para as escolas de pri-

meira até quarta série. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Peti, como viabilizou uma jornada a mais, foi uma oportunidade para a ampliação do número de municípios que passaram a utilizar tal metodologia tanto em Pernambuco, como na Bahia. Todos os relatórios avaliativos do Peti colocam as duas experiências como um grande diferencial inovador na exercitação educacional do Programa. Tem sido um exemplo de como, em programas sociais, compensatórios, paliativos, podem ser incorporadas dimensões mais estruturadoras, desde que haja decisão política e concepção pedagógica, que incluam reflexos e mudanças de modelos de desenvolvimento. Não é uma proposta só para a sala de aula formal. Tem outros usos.

#### ***4.1 O formal***

Esse trabalho é, via de regra, desenvolvido entre ONGs e prefeituras municipais e, no caso da Bahia, envolve a Universidade Estadual de Feira de Santana. As ONGs e universidade centram-se na formação, assessoria ao planejamento das atividades dos e com os professores, cabendo às prefeituras a execução direta do trabalho, monitoramento e supervisão. É desenvolvido em escolas da rede municipal de ensino, sobretudo da alfabetização à quarta série, nas seguintes regiões:

**a) Zona da mata e agreste em Pernambuco.**

- b)** Região semi-árida (sisaleira), da Bahia, com incursões no recôncavo.
- c)** Região do garimpo Bom Futuro de Cassiterita – Ariquemes – Rondônia.
- d)** Regiões urbanas de pequenas cidades da zona da mata de Pernambuco.

## ***4.2 O não-formal***

Essa proposta está sendo aplicada em Jornadas Ampliadas, no Peti, nas mesmas áreas acima pontuadas. O sucesso acontece quando o município entende que o ideal não é se fazer duas jornadas, onde uma é regular e outra não, onde uma é oficial, permanente, garantida pelo sistema municipal de ensino, e outra é passageira, dependente da Secretaria de Assistência Social. O ideal é uma proposta com jornada completa de oito horas, que distribui suas atividades de acordo com uma só concepção, um só monitoramento e uma supervisão.

Na microrregião da Bacia do Goitá, em Pernambuco, o Sertão utiliza no curso de formação de agentes de desenvolvimento local, um curso profissionalizante, que prepara jovens para serem protagonistas das mudanças pessoais e sociais do seu entorno. Os alunos estudam durante uma jornada nas escolas dos quatro municípios (Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga e Pombos), zona de transição entre a mata e o agreste. São jovens que cursam o ensi-

no médio, de 15 a 19 anos. Iniciada a experiência em abril de 2000, esta já tem provocado muitos impactos positivos nas famílias, nos negócios, nas propriedades, nas escolas, nas igrejas e grupos de jovens, bem como no município. Do total, 30% são educandos de área urbana, e 70%, de área rural. Pela manhã, estudam no espaço cedido pelo Ministério de Agricultura e Prefeitura Municipal de Glória do Goitá; à tarde ou à noite, nas escolas municipais ou estaduais. A experiência tem sido considerada por todas as pessoas visitantes como um referencial, tanto para a formação da juventude e do protagonismo juvenil, como para criação de políticas públicas para os adolescentes.

É uma parceria com a **Aliança com o Adolescente pelo Desenvolvimento do Nordeste**, iniciativa de quatro instituições: Instituto Ayrton Senna, Fundação Kellogg, Fundação Odebrecht e Área Social do BNDES. Hoje, a proposta amplia-se na formação de outros atores sociais, como produtores, conselheiros, lideranças de associações, artistas, artesãos, empresários, com as devidas adaptações e a referência aos mesmos princípios fundamentais e metodológicos. Varia intensamente, em termos de técnicas, dinâmicas e conteúdos. A Proposta em Pernambuco passou a ser chamada de Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – Peads, por conta dos diversos usos (rural-urbano, ensino fundamental, profissionalizante, formação de lideranças). Antes era PER – Proposta de Educação

Rural. Na Bahia, é conhecida como CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade rural, as três primeiras letras das etapas do processo metodológico.

No município de Vicência, em Pernambuco, a participação das famílias exprime-se não só no processo de aproximação mútua entre escola e pais, mas também no planejamento da gestão da escola. O planejamento da escola já é discutido com pais, professores e outros agentes do processo educativo.

Na Bahia, especialmente na área sisaleira, tal concepção de trabalho e sua metodologia foram aplicadas em 2002, de modo bem mais sistemático, nas Jornadas Ampliadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Inicialmente, debateu-se com os monitores e, de modo especial, com os coordenadores de monitores, a problemática da Jornada Ampliada não apenas como espaço lúdico, artístico e de reforço escolar, mas como instrumento e serviço para uma dimensão sustentável de desenvolvimento. Nessa perspectiva, foram se descobrindo ações por meio das quais isso se poderia concretizar. Priorizou-se o tema “água”, pela sua importância especial para a região. As crianças, orientadas pelos monitores, realizaram um levantamento em mais de 28 mil famílias, sobre as condições da água consumida pelas famílias, pesquisando quais famílias têm cisternas de placas, quais famílias tratam a água antes de consumir; que tipo de tratamento é dado; quais famílias têm e utilizam filtros etc.





## **5. Resultados**

Há resultados que são comuns aos sujeitos envolvidos: a auto-estima pela identidade, pela cultura, a valorização de si mesmo, do seu ambiente, a crença na possibilidade de mudar alguma coisa na comunidade, a consciência coletiva, o enfrentamento coletivo dos problemas que atingem a comunidade e as pessoas, a solidariedade e o companheirismo, o novo olhar sobre as potencialidades, a formação de conselheiros escolares com participação dos pais. Além desses resultados, há aqueles específicos para alunos, professores, comunidades. E há também outros resultados que se podem identificar, do ponto de vista político, de empoderamento das populações, de construção de políticas envolvendo ONGs, prefeituras e universidades.

### **5.1 Nos alunos**

- Melhoria da aprendizagem, da comunicação, vitória sobre a timidez de falar em público;
- Trabalho em equipe desenvolvido com mais seriedade e responsabilidade;
- Descoberta de que a educação não se dá apenas na sala de aula. A aprendizagem de matemática, português, ciências etc. a partir de vivências concretas da realidade, de observação do que há no entorno e/ou do que acontece na comunidade;
- Projeção de uma visão de futuro;

- Desenvolvimento de potenciais artístico-culturais;
- Maior valorização dos pais e do seu trabalho;
- Valorização do conhecimento dos mais velhos; produção de conhecimento em relação à comunidade (o que cria, o que faz, como faz, com quem faz, o que produz, serviços existentes).

## ***5.2 Nos educadores***

- Compromisso com a realidade rural, ao assumir o papel de agente de desenvolvimento na área rural;
- Valorização dos conhecimentos prévios dos alunos;
- Crença e valorização das próprias práticas, debatidas e vivenciadas em sala de aula;
- Descoberta da prática de pensar a escola, coletivamente, e não, apenas, a sua sala de aula;
- Professores passam a aprender com os alunos e pais, inclusive com aqueles “analfabetos”;
- Maior curiosidade em perguntar, pesquisar mais e estudar;
- Busca de novas adesões;
- Desenvolvimento de um novo olhar sobre a escola e a realidade, gerando um interessar-se pela vida econômica das famílias, pelo aproveitamento dos terrenos e pelo equilíbrio do meio ambiente;

- Crescimento da dimensão cidadã do professor, ao sentir-se responsável pela transformação da realidade, assumindo a dimensão de que para essa transformação há a perspectiva estrutural e a parte do poder público, mas há também a responsabilidade pessoal.

### ***5.3 Na família/na comunidade***

- Resgate, pela família, da importância da escola e do estudo, e valorização de espaço cultural (seu trabalho, sua vida);
- Maior interesse dos pais pela escola;
- Maior aproximação entre pais e filhos (geração);
- Aumento do criatório, da produção agrícola, utilização de novas técnicas de manejo do plantio e criatórios, difusão de galinhas caipiras, de raças e linhagens melhoradas;
- Organização de associação;
- Preservação do meio ambiente, tratamento do lixo.

### ***5.4 No município***

Na Zona da Mata (PE), incentivadas pela escola, as crianças vêm realizando um censo agropecuário, um censo populacional e um ambiental, o que tem levado a iniciativas de reflorestamento, de tratamen-

to do lixo, de incentivo à criação de animais, proteção das matas, despoluição de rios etc. A proposta serviu aos gestores como um referencial para pensar o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa sobre a água a que nos referimos anteriormente mostra um resultado fora de série, no qual os alunos e a escola, a partir do conhecimento construído sobre sua própria realidade, não só aumentaram a própria aprendizagem nas variadas disciplinas, como, por meio dos seminários, vêm interferindo na realidade do município, transformando-a para melhor, na linha de um desenvolvimento integrado.

## **6. Aspectos inovadores e empoderamento**

### ***6.1 Elementos metodológicos importantes***

- a)** construir e transmitir o conhecimento a partir da realidade do aluno e de sua família. A realidade, assim, invade a escola, que se torna viva, atraente. A realidade da vida é objeto de pesquisa. A escola sai de dentro dos seus muros;
- b)** desenvolver o senso crítico do aluno e do professor, por meio do processo de conhecimento e análise da realidade. Formação e exercício da cidadania efetiva e concreta;
- c)** envolver a família na ação educativa da escola; são três os sujeitos da ação educativa: professor, aluno e pais (família);

- d)** mudanças na comunidade provocadas pela análise das pesquisas feitas pelas crianças, que conduzem à melhoria de qualidade de vida das pessoas;
- e)** proposta metodológica que se adequa a qualquer realidade, seja ela urbana ou rural;
- f)** projeto desenvolvido entre ONGs, prefeituras municipais e universidades, planejado, construído, executado e avaliado em parceria, prolongando-se por três diferentes gestões municipais e universitárias.

## ***6.2 Elementos de empoderamento político-pedagógico das crianças e da comunidade***

- a)** uma educação de qualidade leva ao empoderamento das pessoas e grupos que dela participam. Isso está acontecendo na experiência. Pais e crianças que experimentam o CAT ou o PEADS, ou a Jornada Ampliada, exigem de professores novos ou monitores que se integrem ao mesmo; recuperam sua auto-estima de ser camponeses;
- b)** crianças são empoderadas quando conhecem melhor sua própria realidade e descobrem sua capacidade, em conjunto, de modificá-la para melhor; quando descobrem o papel da escola na melhoria concreta das condições de vida;
- c)** pais e mães se aproximam da escola, acompanham e controlam seu funcionamento e seu serviço;

- d)** o desenvolvimento do senso crítico das pessoas é elemento fundamental de empoderamento e vem acontecendo com essa metodologia;
- e)** a escola descobre seu papel a serviço de um desenvolvimento sustentável, incluyente, para todos.

## **7. Educação e interfaces**

Os processos acima debatidos e refletidos mostram claramente as várias interfaces que existem, devem e podem existir no âmbito da educação.

- Educação e meio ambiente
- Educação e saúde
- Educação, produção, renda e trabalho
- Educação, arte e cultura
- Educação, biociência e bioética
- Educação, democracia e gestão da comunidade
- Educação, justiça, direito e cidadania

## IV

# **Novos desafios na construção de políticas de educação para o campo**

Dispomos hoje, em termos de legislação, além da LDB, de uma resolução com Diretrizes Operacionais a qual caracteriza a educação rural com identidade própria, especificidades, merecendo tratamento especial e colocando-a como um serviço ao desenvolvimento.

O que se nos apresenta, no entanto, como *desafio* é como transformar essas leis e instruções em realidade. Como agir para que ela saia do papel e passe a fazer parte do dia-a-dia do professor, do diretor da escola, da Secretaria de Educação, dos Conselhos de Educação, no âmbito do município, Estado e nação.

Se não formos capazes de dar esses passos, teremos mais uma legislação bonita e interessante, porém inútil.

Diante disso, alguns desafios nos são colocados como passos a serem dados, conscientemente e com segurança, como:



## **1. Em âmbito oficial**

- a)** as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo precisam chegar, em termos de conhecimento, proposta política, metodológica, aos Conselhos de Educação nos seus mais variados níveis.
- b)** tais diretrizes precisam chegar, mais profundamente, ao conhecimento dos professores e professoras, especialmente àqueles e àquelas que lidam com a educação rural. Somente a partir desse conhecimento e informação, eles poderão estar instrumentados para a ação. Por conseguinte, são cursos e mais cursos e um processo sistemático de formação que precisam ser lançados, programados, efetivados.
- c)** na realidade, o sistema de educação precisa ser adequado a essa nova regulamentação, para que não se torne um empecilho à sua implementação.
- d)** os diretores ou diretoras de escolas e secretários(as) de Educação dos municípios precisam estar informados e agindo na perspectiva da nova regulamentação.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> O município de Vicência, PE, já iniciou a implementação dessa resolução, dando-nos testemunho vivo de sua aplicabilidade. A Undime (em alguns Estados) e sua direção nacional está se movimentando também e tem um papel importantíssimo na implantação dessas diretrizes.

## 2. Em âmbito da sociedade civil

Todos nós sabemos, no entanto, que o governo e as instâncias oficiais não conseguem fazer nada sozinhos. Tanto porque a educação é tarefa de todos, sociedade civil e poder público, como também porque o poder público, para ser mais ágil e eficiente, precisa estar sendo cobrado, monitorado, instigado pela sociedade civil organizada.

É papel fundamental da sociedade civil cobrar, propor, participar dos conselhos, fazer da proposta para a educação do campo uma bandeira de luta.

Isso cabe especialmente ao movimento sindical rural. De fato, são os filhos e filhas dos sindicalistas rurais a maioria das crianças que, hoje, são vítimas de uma escola/educação que os desvaloriza, desenraiza de sua realidade e não contribui para o desenvolvimento sustentável do município/país onde vivem. Chegou a hora de agir com mais coragem e segurança, apoiados numa lei que precisa ser **vida** da e na escola!

## V

### **Reflexões conclusivas**

Vivemos, em termos de educação rural, um momento privilegiado. De fato, oriundo de estudos e de toda uma movimentação social e política, possuímos hoje documentos oficiais que reconhecem a necessidade de uma educação rural com características específicas.

Por outro lado, as múltiplas experiências existentes e já sistematizadas mostram que é plenamente possível dar à educação um enfoque de serviço ao desenvolvimento sustentável, aliado à dimensão de respeito à realidade rural, sua cultura e vida, como pontos de partida da construção do conhecimento e da utilização do mesmo para modificar a realidade para melhor.

Tais experiências mostram a sede de saber e o grande grau de compromisso dos professores e professoras rurais que, mesmo mal pagos e desrespeitados profissionalmente, estão prontos e abertos a caminhar por novas estradas que apresentem melhores perspectivas para seus alunos.

Muitos caminhos já estão trilhados. E trilhados por ações parceiras entre sociedade civil e poder público e, em certas experiências, a universidade. Precisam continuar e ampliar...

Os documentos básicos do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – cuja conferência nacional estava marcada para dezembro e infelizmente não aconteceu – dão uma ênfase especial à educação como instrumento de desenvolvimento.

### **Resta-nos estudar como operacionalizar esses processos, para implementá-los pelo Brasil afora.**

Aqui, o desafio dos desafios: qual conselho vai tomar a si a concretização dessas diretrizes? O de Educação? Aquele de Desenvolvimento Rural Sustentável? Um misto dos dois?

A nós, da sociedade civil organizada, ao movimento sindical, aos movimentos sociais cuja história se identifica, também, com a luta por uma educação do campo com qualidade, cabe a tarefa de não deixar que essa conquista se torne letra morta, seja modificada – a não ser para melhor – e a tarefa maior ainda de que ela se torne ação concreta em nossas escolas.

Hoje, nos move a esperança no interesse, compromisso e luta de todos, cada um fazendo seu pedaço, por um Brasil rural melhor, porque a educação estará contribuindo para isso, e assumida, conscientemente, pelo poder público e pela sociedade civil, como nos orienta os primeiros artigos da LDB.

## VI

### Bibliografia Consultada

BAPTISTA, Francisca M. C. e outros. *Escola Rural: uma Experiência, uma Proposta*. 2. ed., Feira de Santana, 1999.

BAPTISTA, Francisca M. C. *Educação rural de inclusão, sonho ou realidade*, mimeo. Feira de Santana, 2002.

\_\_\_\_\_ *Adequação curricular no semi-árido da Bahia*. Artigo publicado na revista *Alfabetização e Cidadania*, n. 11 – RAAAB – São Paulo, abril de 2001, pp. 61-73.

\_\_\_\_\_ *Política municipal de educação – Uma experiência que está dando certo* – mimeo – texto apresentado na mesa-redonda Cidadania e Políticas Públicas, no Seminário Cidadania e Poder Local – Salvador, UFBA, 1º e 2 de dezembro de 1999.

Constituição Brasileira de 1988. Leis 9.394 – LDB (dezembro 96) e 9.424 (Fundef)

MOURA, Abdalaziz. *Proposta para educação do campo* (doc. do Sertão/MOC para a Audiência Pública do CNE), mimeo. Recife, 2001.

\_\_\_\_\_ Texto mimeografado apresentado no Seminário da Contag sobre Educação para o Desenvolvimento

Sustentável. Recife, 2001.

*Por uma Educação do Campo: Declaração 2002* – Documento tirado no final do Seminário Nacional por uma Educação do Campo, mimeo. Brasília, 26 a 29 de novembro de 2002.

Relatórios anuais do CAT e do MOC, de 1994 a 2001.

Relatório/Parecer da profa. Edla de Araújo Soares sobre proposta da Câmara de Educação Fundamental do CNE para as Diretrizes Operacionais para uma Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.

Resolução nº 01 de 3/4/2002 – Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – CNE. Brasília, 2002.

## ANEXO

Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos de fichas pedagógicas, um tipo de roteiro para o trabalho do(a) professor(a) com os alunos em cada unidade letiva. Tais fichas são elaboradas bimestralmente por grupo de professores/as que deverão aplicá-las em sala de aula. O **tema** é único para todas as séries o que facilita o trabalho com classes multisseriadas – realidade comum nas escolas rurais – o **objetivo** e o **transformar** são os mesmos para todas as séries (da alfabetização à 4ª), variando apenas a dosagem do **conhecer** (perguntas) e do **analisar** (reflexões) de acordo com o nível dos alunos.

Vamos relacionar, a seguir, dois temas que foram trabalhados em 2002: um, apenas, a ficha da 3ª e 4ª séries e o outro, integral, para que os leitores tenham uma idéia mais exata de nossa experiência.

# Anexo 1

**Tema:** *O homem e a mulher rurais no exercício da cidadania*

- Eleições
- Políticas Públicas
- Violência

(para ser vivenciado em agosto e setembro)

**Objetivo:** refletir com os alunos e a comunidade sobre a situação da população do campo e suas ações de cidadania nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local sustentável (cultural, político, agrícola, econômico etc.)

## 3ª e 4ª séries

### 1. Conhecer

Trabalhar uma questão de cada vez. Só passar à seguinte, quando terminar o **analisar** da anterior.

**1.1** Que dificuldades sua família enfrenta (moradia, terra, trabalho etc.)?

**1.2 a)** Quais os tipos de organização existentes em sua comunidade?



**b)** Sua família participa de alguma? De qual?

**1.3 a)** O que sua família observa para escolher seus representantes nas eleições?

**b)** Como era a forma de votar antigamente? E hoje?

**1.4 a)** Quais os serviços públicos existentes em sua comunidade?

**b)** Estão funcionando?

**1.5** Na sua comunidade acontece falta de respeito entre as pessoas? Qual? (ou quais?) Quando?

## **2. Analisar**

**2.1** Listar no quadro as dificuldades das famílias identificadas pelos alunos na questão 1.1 e refletir sobre as causas das mesmas e a necessidade da união das pessoas e da organização da comunidade para buscar soluções para tais problemas.

**2.2** Partindo das dificuldades encontradas na falta de trabalho e de terra, discutir com os alunos o porquê dessas dificuldades, analisando os direitos e deveres do cidadão. A partir daí, confeccionar um cartaz ilustrado, explicando com frases tais situações. Estudar capitânicas hereditárias. Aproveitando as frases, rever separação de sílabas e classificação das palavras de acordo com o número de sílabas.

**2.3** Refletir sobre as razões de as famílias não te-

rem moradia x terra. Estudar a contradição de latifúndio e minifúndio. Sugerir que os alunos produzam um texto em grupo. Apresentar à classe observando-o. Trabalhar estrutura do texto, artigo e pontuação.

**2.4** Ouvir as respostas do item 1.2, listar as organizações citadas e discutir com os alunos o que essas entidades têm feito ou contribuído na busca de políticas públicas voltadas para a agricultura. Produzir versos sobre isto, fazer um recital e deixar exposto na sala.

**2.5** Refletir sobre as formas de participação da família (analisando as respostas do item 1.2b). Observar as que os homens participam mais que as mulheres e vice-versa, em seguida, discutir relações sociais de gênero, direitos iguais para ambos os sexos.

**2.6** Explicar o termo “cidadania” e debater o seu exercício na mobilização da comunidade, na busca da melhoria da qualidade de vida das famílias, da comunidade e do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS). Discutindo com os alunos o que eles sabem e pensam sobre isso, explicar o papel do Estado na garantia dos direitos individuais do cidadão e dos da coletividade, aplicando bem o dinheiro dos impostos pagos por nós.

**2.7** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.3 e listar num papel ou cartolina os critérios dos pais para escolher os representantes (= candidatos numa eleição). Fazer com os alunos uma eleição para escolher o líder da sala. Comparar os critérios usados

nas duas escolhas, refletindo sobre os mais válidos (não se visa ao interesse pessoal, mas ao coletivo). Completar o cartaz com os critérios discutidos e deixar afixado na sala.

**2.8** Partindo do item anterior, refletir sobre a importância do voto. Direitos e deveres de escolha do cidadão para que possa ser eleito o melhor candidato para a comunidade. Registrar num cartaz as qualidades que se desejam em um bom administrador, ler e expor na sala. Estudar os três poderes, produzir frases e estudar classificação dos adjetivos pátrios e as principais cidades brasileiras, localizando-as no mapa e na região.

**2.9** Após a reflexão do item 2.8, estudar as formas de governo no Brasil e como se deu e se dá a participação política da população nesse governo, estudando também Independência do Brasil.

**2.10** A partir da resposta 1.3, ver o nome das pessoas que ocupam atualmente no Brasil o Poder Executivo nos três níveis (municipal, estadual e federal), discutir com os alunos as formas de se ocupar um cargo político (eleições, concursos, heranças etc.), estabelecendo também a distinção entre os três poderes.

**2.11** Ouvir as respostas do item 1.4, listar os serviços públicos que existem na comunidade, desenhando os mesmos, identificando-os em seguida, fazendo sua leitura. Partindo dos desenhos, estudar: formas

geométricas, medidas de áreas (metro quadrado), de volume (metro cúbico) e perímetro.

**2.12** Refletir sobre as formas de fiscalização e conservação dos serviços públicos da comunidade e comentar sobre as atribuições dos governantes em nos fornecer serviços públicos de qualidade, aplicando melhor os recursos arrecadados pelos impostos. Trabalhar problemas envolvendo multiplicação e divisão.

**2.13** Ao identificar, por meio das respostas do item 1.4b, que algum serviço não funciona ou atende mal, discutir com os alunos o porquê disso e o que se poderia fazer para voltar a funcionar melhor. A partir daí, construir um diálogo em grupo sobre os cuidados que se deve ter com os prédios e objetos públicos (escola, posto, telefone). Preparar uma dramatização com tais textos, apresentar na sala e escolher um para apresentar na reunião dos pais. A partir desses textos estudar pronomes. E a partir dos desenhos, estudar corpo humano (sistemas).

**2.14** Registrar as respostas do item 1.5, refletir sobre a falta de respeito entre as pessoas, atrapalhando a promoção da união, da solidariedade e do amor como forma de se evitar a violência e o egoísmo. Analisar o comportamento das pessoas e seu relacionamento em época de eleição. Mostrar a importância de participar das atividades na comunidade. Estudar espaço rural e urbano, costumes e cultura popular.

**2.15** Comentar com os alunos que violência não é só física, mas todo desrespeito aos direitos do outro, como o de escolher o candidato que se quer, o de ter condições de uma vida digna e de trabalhar na terra e colher produtos agrícolas para melhorar a vida da família. A implementação de políticas públicas para o agricultor.

**2.16** A partir do item 2.15, pedir aos alunos que, em dupla, façam uma carta ao prefeito apresentando as dificuldades das famílias da comunidade (identificadas no item 2.1 e 2.2) e pedindo solução para os problemas que dependem do poder público. Apresentar na sala, comentar e após o professor corrigir, deixar exposta.

### **3. Transformar**

**3.1** Convidar os pais para uma discussão na escola sobre o dever e o direito do voto e os aspectos que devem ser observados nos candidatos, comentando ou apresentando os trabalhos das crianças no item 2.7 e 2.8. Essa reunião poderá ser na semana do folclore, associando a alguma apresentação dos alunos.

**3.2** Convidar os pais e a comunidade para uma reunião, no final da unidade, a fim de:

**a)** Conhecer e apreciar os trabalhos dos alunos nessa unidade (2.2, 2.3, 2.4, 2.11, 2.14, 2.17);

- b)** Assistir e comentar a dramatização do item 2.14;
- c)** Participar de uma discussão sobre o papel e a contribuição das entidades para a população local. Para isso o(a) professor(a) deverá convidar antes representantes das entidades citadas no item 2.4, para que falem sobre sua organização e debatem com os pais o que têm feito e podem fazer pela comunidade.

Provocar uma discussão com os representantes dessas entidades sobre a atuação e o funcionamento dos serviços públicos locais, listando também as necessidades da comunidade, para que sejam encaminhadas ao poder público por meio de uma comissão escolhida e constituída ali entre os presentes (aproveitar as cartas do item 2.16).

## **Anexo 2**

### **Tema:** *Terra, Saúde e Vida*

- Colheita ou não-colheita

Nutrição e desnutrição – Segurança Alimentar – alimentação equilibrada x vida mais longa

- DLS – como tudo isso contribuirá ou não para melhorar as condições de vida.

(para ser vivenciada em outubro e novembro/2002)

**Objetivo:** refletir com os alunos e a comunidade sobre a importância da terra para a comunidade, e sobre como valorizar e aproveitar os produtos colhidos para a melhoria da alimentação, saúde e vida da família e da comunidade, percebendo a contribuição de tudo isso para o desenvolvimento sustentável da comunidade e do município.

## **Alfabetização**

### **1. Conhecer**

Trabalhar uma questão de cada vez e só passar à seguinte após analisar tudo da anterior. Não tenha

pressa, faça tudo que puder para que as crianças entendam e criem conhecimento ou tenham visão correta do tema.

**1.1** Sua família colheu este ano? O quê? E quanto?

**1.2** Quais os alimentos consumidos por sua família? São comprados ou produzidos por ela?

**1.3** O que sua família faz para ter uma boa saúde?

**1.4** O que sua família vem fazendo para o desenvolvimento de sua comunidade?

## **2. Analisar**

**2.1** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.1, pedir que eles desenhem os produtos colhidos pela família, escrevendo embaixo o nome e fazendo a leitura dos mesmos. A partir das ilustrações, criar frases no quadro sobre a utilidade desses produtos. Em seguida, os alunos lêem as frases e copiam no caderno. Aproveitar essas frases e fazer um jogral para a festa do Dia das Crianças.

**2.2** Fazer um quadro com o tipo e a quantidade de produtos colhidos por cada família. Trabalhar, a partir daí, noções de quantidade, pequenos problemas de adição e subtração. Refletir sobre os motivos de terem ou não colhido, estudar clima e comentar a questão da terra, mostrando, pelo quadro, que alguns não têm ou têm pouca terra e, por isso, não plantaram, ou colheram pouco.



**2.3** Comentar a importância desses produtos colhidos para a alimentação da família, para a melhoria da saúde e da vida das pessoas, acrescentando no quadro feito no item 2.2 mais uma coluna com a classificação desses alimentos em frutas, verduras, legumes, cereais etc., mostrando a importância destes para o desenvolvimento do nosso corpo e preservação da nossa saúde.

**2.4** Ouvindo as respostas dos alunos à questão 1.2, registrar no quadro os produtos consumidos pela família, numerando-os, e fazer a leitura. Comparar com o quadro já feito no item 2.2, verificando com os alunos a qualidade dos alimentos. Trabalhar ordem crescente e decrescente. Fazer um texto coletivo, registrar num papel metro e expor na sala. Fazer a leitura, em seguida, trabalhar vogais, consoantes e separação de sílabas.

**2.5** A partir das respostas do item 1.2, dividir os alunos em grupo para produzirem cartazes com rótulos, embalagens dos produtos comprados e amostras dos produtos colhidos pela família, mostrando assim os que são comprados e os que são resultado do trabalho agrícola da família. Comentar a diferença entre eles em qualidade e economia para as pessoas. Trabalhar noções de alimentos industrializados, derivados de animais e de vegetais e sua contribuição para a saúde e o desenvolvimento humano.

**2.6** Ouvir e registrar no quadro as respostas da questão 1.3. Pedir, depois, que os alunos registrem

suas respostas em forma de desenho e apresentem aos colegas, explicando. Deixar expostos tais trabalhos na sala.

**2.7** Comentar a importância da higiene nos alimentos e a necessidade de alimentar-se bem, para ter um bom desenvolvimento físico e mental. Comentar a questão de desnutrição de crianças que até morrem ou ficam raquíticas por falta de boa alimentação. (*Observação: convém ter na sala um quadro sobre os tipos de nutrientes necessários ao corpo humano e mostrá-lo quando oportuno*).

**2.8** Ouvindo as respostas do item 1.4, registrar no quadro. Fazer a leitura, comentar como cada família, ao produzir, mesmo que seja para ela comer, está contribuindo para a renda familiar e para o desenvolvimento da comunidade e do município.

**2.9** Aproveitar a discussão do item 2.8 e mostrar, no mapa do município, onde fica a sua comunidade e que ela é **uma** entre outras, ali, que se dedicam à agricultura familiar e, portanto, que utilizam a **terra** para melhorar sua saúde e vida, bem como de outras pessoas (quando vendem algum produto).

### **3. Transformar** (igual para todas as séries)

## 1ª e 2ª Séries

### 1. Conhecer

Trabalhar uma questão de cada vez e só passar à seguinte após analisar tudo da anterior. Não tenha pressa, faça tudo que puder para que as crianças entendam e criem conhecimento ou tenham visão correta do tema.

**1.1 a)** Sua família colheu este ano? O quê? E quanto?

**b)** Qual o destino dos produtos colhidos?

**c)** Se foram armazenados, como foi feito?

**1.2 a)** Quais os alimentos consumidos por sua família? São comprados ou produzidos por ela?

**b)** Quais os cuidados que sua família tem com os alimentos que consome?

**1.3** O que sua família faz para ter uma boa saúde?

**1.4** O que sua família vem fazendo para o desenvolvimento de sua comunidade?

### 2. Analisar

**2.1** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.1a, fazer um quadro que registre o tipo e a quantidade de produtos colhidos por família. Comentar o quadro, fazendo comparação entre as quantidades. Em seguida, trabalhar medidas de capacidade e de massa, reforçar o exercício das quatro operações.

**2.2** A partir do quadro do item 2.1, refletir com os alunos sobre o porquê de algumas famílias colherem mais e outras menos ou nada (trabalhar valorização da terra e a questão do clima). Relembrar a questão da má distribuição da terra no Brasil e a necessidade da reforma agrária.

**2.3** Ouvir os relatos da questão 1.1b, analisar o destino dos alimentos produzidos (se foram vendidos ou utilizados para consumo da família), mostrando valor nutritivo de cada produto citado no item 2.1 e comentar que há em todo o Brasil produção de subsistência e produção para o comércio, citando outros exemplos disso, na Bahia.

**2.4** Comentar a importância desses produtos colhidos para a alimentação da família para melhoria da saúde e da vida das pessoas, acrescentando no quadro feito no item 2.2 mais uma coluna com a classificação desses alimentos em frutas, verduras, legumes, cereais etc., mostrando a importância deles para o desenvolvimento do nosso corpo e para uma vida saudável.

**2.5** A partir da discussão do item 2.4, pedir aos alunos que, em grupo ou dupla, criem versos sobre “a criança e a alimentação”, “a criança, a saúde e a vida”. Preparar com esses versos um recital dos alunos para o Dia das Crianças.

**2.6** Ouvindo as respostas do item 1.1c, listar os tipos de armazenamento existentes na comunidade, citados pelas várias crianças. Em seguida, pedir que elas dese-

nhem o(s) tipo(s) que foi(foram) usado(s) na sua casa. Expor os desenhos na sala, cada um explicando o seu.

**2.7** Convidar uma pessoa da comunidade para fazer uma palestra sobre armazenamento e tipos de conservantes orgânicos e químicos, fazendo o comentário das vantagens e desvantagens de cada um. Em seguida, construir um texto coletivo sobre a produção e a alimentação da família. Fazer a leitura e deixar exposto na sala. A partir desse texto, trabalhar tipos de frases e pontuação ali utilizada.

**2.8** Ouvindo as respostas dos alunos à questão 1.2, registrar no quadro os produtos consumidos pela família. Fazer a leitura, comparar com o quadro já feito no item 2.1, verificando com os alunos a qualidade desses alimentos.

**2.9** Pedir que os alunos tragam rótulos de alimentos comprados e amostras dos produtos colhidos pela família, mostrando, assim, os que são comprados e os que são resultado do trabalho agrícola familiar e, em grupo, fazer cartazes identificando cada um. Em seguida, comentar a diferença deles em qualidade nutritiva e economia para as pessoas. Trabalhar noções de alimentos industrializados, derivados de animais e de vegetais, e sua contribuição para a saúde e desenvolvimento humano. Comentar, também, a diferença entre alimentos industrializados e aqueles produzidos na comunidade e seus valores e contravalores nutritivos. Exemplificar com alimentos de origem animal e vegetal.

**2.10** Estudar, a partir de um quadro que deve haver na sala, **nutrientes e sua importância para uma alimentação equilibrada e para a saúde física e mental das pessoas**, e seu desenvolvimento normal, evitando anemia, desnutrição, raquitismo e outras más conseqüências.

**2.11** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.2b, listar no quadro os cuidados citados, fazendo a leitura. Em seguida, construir com os alunos um cartaz para deixar na sala, com os tipos de cuidados que devemos ter com os alimentos. Comentar a necessidade da higiene na alimentação para a saúde, citar doenças causadas pela falta de higiene e como evitá-las.

**2.12** A partir do cartaz do item anterior, observar e comentar a origem dos alimentos, identificando quem os trouxe para nós (como o milho, a mandioca), valorizando as influências indígenas, africanas e portuguesas, na cultura alimentar brasileira e baiana.

**2.13** Ouvir as respostas do item 1.3, registrar no quadro ou papel metro. Em seguida, refletir e comentar com os alunos o que as famílias fazem e/ou precisam para ter boa saúde. A partir daí, o professor discutir com os alunos o que é uma alimentação equilibrada e sobre outros elementos necessários para uma boa saúde (habitação limpa, lazer, música, dança, prática de esporte, dormir bem etc.), alertando que ter boa saúde não significa só ausência de doença, mas equilíbrio físico, psíquico e mental.

**2.14** A partir das reflexões do item 2.13, pedir para que os alunos façam um texto coletivo (1ª série) ou em dupla (2ª série) ilustrando-o. Ler e fazer a exposição dos textos na sala. Com base neles, trabalhar noções de verbo.

**2.15** Ouvir as respostas do item 1.4, registrar no quadro. Fazer a leitura, comentar como cada família, ao produzir, mesmo que seja para ela comer, está contribuindo para a renda familiar e para o desenvolvimento da comunidade e do município. Aproveitar e mostrar no mapa do município onde fica a sua comunidade e que ela é **uma** entre outras, ali, que se dedicam à agricultura familiar e portanto que utilizam a **terra** para melhorar sua saúde e sua vida, bem como as de outras pessoas (quando vendem algum produto).

**2.16** Agrupar as contribuições que as famílias dão, citadas no item anterior, especificando os diferentes tipos de atividades econômicas e sociais desenvolvidas na comunidade pelas famílias. Deixar num cartaz na sala, comentar a importância dessa participação e contribuição para o desenvolvimento da comunidade e do município.

**2.17** A partir desses comentários, estudar seu município (2ª série), história, localização no Estado da Bahia e economia. Ver outros produtos que nele se cultivam e outras atividades econômicas de sua população rural e urbana (mostrar a importância de

todas elas, que se complementam e se integram para o desenvolvimento sustentável do município).

**2.18** Comentar com os alunos que: como há várias formas de se contribuir para o desenvolvimento do município, também há várias formas de governo. Em seguida dar noções de Monarquia, Império e República (explicando o feriado de 15 de novembro e comentando as eleições).

### **3. Transformar** (igual ao da 3ª e 4ª séries)

## **3ª e 4ª Séries**

### **1. Conhecer** (igual ao das 1ª e 2ª séries)

### **2. Analisar**

**2.1** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.1a, fazer um quadro que registre o tipo e a quantidade de produtos colhidos por família. Comentar o quadro, fazendo comparação entre as quantidades. Em seguida, trabalhar medidas de capacidade e de massa, reforçar o exercício das quatro operações e frações.

**2.2** A partir do quadro do item 2.1, refletir com os alunos sobre o porquê de algumas famílias colherem mais e outras menos ou nada (trabalhar valorização da



terra e a questão do clima no Brasil e sub-regiões do Nordeste – zona da mata, agreste, sertão, meio norte e litoral). Relembrar a questão da má distribuição de terra no Brasil e a necessidade da reforma agrária.

**2.3** Ouvir os relatos da questão 1.1b, analisar o destino dos alimentos produzidos (se foram vendidos ou utilizados para consumo da família), mostrando o valor nutritivo de cada produto citado no item 2.1, mostrando a importância de se aproveitar os produtos colhidos na alimentação familiar. Estudar importação e exportação agrícolas e cartografia (escala). Rever medidas de comprimento (distâncias).

**2.4** Comentar a importância desses produtos colhidos para melhoria da saúde e da vida das pessoas, acrescentando no quadro feito no item 2.1 mais uma coluna com tipos de nutrientes que eles contêm, mostrando a importância deles para o desenvolvimento do nosso corpo e para uma vida saudável.

**2.5** A partir da discussão do item 2.4, pedir aos alunos que, em grupo, criem histórias com diálogo sobre “a criança e a alimentação”, “a criança, a saúde e a vida”. Dramatizar para os colegas sua história na Semana da Criança (de 6 a 12/10).

**2.6** Ouvindo as respostas do item 1.1c, listar os tipos de armazenamento existentes na comunidade citados pelas várias crianças. Em seguida, pedir que elas desenhem o(s) tipo(s) que foi(foram) usado(s) na sua casa. Expor os desenhos na sala, cada um explicando o seu.

**2.7** Convidar uma pessoa da comunidade para fazer uma palestra sobre armazenamento e tipos de conservantes orgânicos e químicos, fazendo o comentário das vantagens e desvantagens de cada um. Em seguida, pedir que os alunos, em grupo, façam o relato da palestra. O(a) professor(a) recolhe, corrige e ao comentar o texto, dar noção de relatório e estudar preposição (liga o complemento do verbo e dos nomes).

**2.8** Ouvindo as respostas dos alunos à questão 1.2a, registrar no quadro os produtos consumidos pela família. Fazer a leitura, comparar com o quadro já feito no item 2.1, verificando com os alunos a qualidade desses alimentos.

**2.9** Pedir que os alunos tragam rótulos de alimentos comprados e amostras dos produtos colhidos pela família, e, em grupo, fazer cartazes identificando cada um. Em seguida, comentar a diferença entre eles em qualidade nutritiva e economia para as pessoas. Trabalhar classificação dos alimentos.

**2.10** Estudar, a partir de um quadro que deve haver na sala, **nutrientes e sua importância para uma alimentação equilibrada e a saúde física e mental das pessoas**, e seu desenvolvimento normal, evitando anemia, desnutrição, raquitismo e outras más consequências.

**2.11** Ouvindo a resposta do item 1.2b, refletir sobre critérios para compra de alimentos pelas famílias, que deve ser sempre pela qualidade.

**2.12** Fazer uma entrevista com uma pessoa mais velha da comunidade para conhecer os hábitos alimentares de antigamente, comparando-os com os atuais.

**2.13** Pedir que os alunos criem versos sobre “nutrição e desnutrição” e preparar com eles um recital para apresentar tais versos na sala. Escolher um para apresentar na reunião com os pais. A partir desses versos, trabalhar **verbo**.

**2.14** Ouvir as respostas dos alunos à questão 1.2c, listar no quadro os cuidados citados, fazendo a leitura. Em seguida, construir com os alunos um cartaz para deixar na sala, com os tipos de cuidados que devemos ter com os alimentos. Comentar a necessidade da higiene na alimentação para a saúde (citar doenças causadas pela falta de higiene e como evitá-las) e a necessidade de alimentar-se bem para o bom desenvolvimento corporal. Trabalhar fases da vida.

**2.15** A partir do cartaz do item anterior, observar e comentar a origem dos alimentos, identificando quem os trouxe para nós (como o milho, a mandioca), valorizando as influências indígenas, africanas e portuguesas, na cultura alimentar brasileira e baiana.

**2.16** Ouvir as respostas do item 1.3, registrar no quadro ou papel metro. Em seguida, refletir com os alunos sobre o que as famílias fazem e/ou precisam fazer para ter boa saúde. A partir daí, discutir o que é uma alimentação equilibrada e sobre outros elementos

necessários para uma boa saúde (habitação limpa, lazer, música, dança, prática de esporte, dormir bem etc.), alertando que ter boa saúde não significa só ausência de doença, mas equilíbrio físico, psíquico e mental.

**2.17** A partir das reflexões do item 2.16, pedir para que os alunos façam, em grupo, um texto ilustrado. Ler e fazer a exposição dos textos na sala. Partindo dos mesmos, continuar trabalhando verbo.

**2.18** Ouvir as respostas do item 1.4, registrar no quadro. Fazer a leitura, comentar como cada família, ao produzir, mesmo que seja para ela consumir, está contribuindo para a renda familiar e para o desenvolvimento da comunidade e do município. Aproveitar e mostrar no mapa do município onde fica a sua comunidade e que ela é **uma** entre outras, ali, que se dedicam à agricultura familiar e, portanto, que utilizam a **terra** para melhorar sua saúde e sua vida, bem como as de outras pessoas (quando vendem algum produto).

**2.19** Agrupar as contribuições que as famílias dão, citadas no item anterior, especificando os diferentes tipos de atividades econômicas e sociais desenvolvidas na comunidade pelas famílias. Deixar num cartaz na sala, comentar a importância dessa participação e dessa contribuição para o desenvolvimento da comunidade e do município, da Bahia e do Brasil, buscando reduzir as desigualdades sociais, ou maior oportunidade de vida mais digna para todos.

**2.20** A partir desses comentários, estudar seu município, história, localização no Estado da Bahia e economia. Ver outros produtos, da Bahia (3ª série) e do Brasil (4ª série), e outras atividades econômicas da população rural e urbana (mostrar a importância de todas elas, que se complementam e se integram para o desenvolvimento sustentável e melhoria de vida da população).

**2.21** Comentar com os alunos que: como há variadas formas de se contribuir para o desenvolvimento sustentável, também há várias formas de governo. Em seguida, estudar Monarquia, Império e República (explicando o feriado de 15 de novembro e comentando as eleições).

### **3. Transformar**

**3.1** Fazer uma reunião com os pais e mães para:

- a)** Apresentar e comentar os trabalhos produzidos pelos alunos durante a unidade (2.1, 2.6, 2.7, 2.9, 2.12, 2.14, 2.17 e 2.19).
- b)** Ouvir a dramatização do item 2.5 e o recital de versos preparados no item 2.13.
- c)** Servir um almoço ou lanche (aproveitando, quem sabe, o Dia das Crianças ou da família na escola) para os pais, com um alimento típico da região, devendo ser escolhido entre os que foram produ-

zidos pelas famílias no ano, aproveitando para mostrar o seu valor nutritivo (mungunzá, bolo de milho, canjica, bolo de aipim, bolo ou mingau de tapioca etc.).

- d)** Realizar um debate com os pais sobre os valores nutritivos dos alimentos produzidos na própria comunidade, sobre a valorização da terra, e a importância da alimentação para a saúde e a vida das pessoas (se possível convidar alguém da área de saúde e comentar os trabalhos dos alunos que houver na sala, sobre este assunto).

**Observação:** Durante esta unidade poderá haver duas ou mais reuniões com os pais: no Dia das Crianças, no encerramento da unidade e no encerramento do ano letivo. O(a) professor(a) vai aplicando o **transformar**, de acordo com a data e o que já trabalhou.

## Sobre os autores

### Prefácio

**José Jerônimo de Moraes** é professor titular e emérito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tendo nela ensinado Língua e Literatura Latinas, desde a sua fundação.

É pernambucano de nascimento e baiano de vida mais intensa e cidadã, pois dedicou à juventude baiana a maior parte do tempo de sua vida profissional.

Na UEFS, sempre se destacou pelo seu talento e disponibilidade.

Na sociedade feirense é também reconhecido pela sua visão humanista, e justa da sociedade, sendo convidado a fazer palestras para grupos das várias gerações (jovens, professores, grupos de casais, adolescentes). Foi presidente do MOC (Movimento de Organização Comunitária) por duas gestões e faz parte ainda da sua diretoria, estando sempre disposto a comemorar e somar forças para que se consiga reduzir o número de “excluídos” em nossa sociedade.

Tendo estudado em Roma e vivido alguns anos na Europa, dedica-se muito a estudos clássicos e humanistas que enraízam a nossa civilização.

## Texto

**Francisca Maria Carneiro Baptista** é professora de Língua Portuguesa na Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, UEFS – Departamento de Letras. Sua vida se identifica com o texto que aqui escreve:

- filha de agricultores familiares do sertão da Bahia, município de Riachão do Jacuípe, foi alfabetizada em casa por uma irmã.
- seus estudos se desenvolveram inicialmente na cidade natal e posteriormente em Salvador, com “bolsa de estudos”.
- os resultados apresentados no colégio em Salvador lhe valeram uma bolsa para a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santa Úrsula, no Rio de Janeiro, onde concluiu em 1962 o bacharelato e licenciatura em Letras Clássicas.
- retornou à Bahia e optou por ensinar na sua terra natal, durante cinco anos.
- concursada no Estado da Bahia, Secretaria de Educação do Estado, lecionou Língua Portuguesa em escolas estaduais de Salvador e Feira de Santana.

Na UEFS atuou, e ainda atua, em Programas de Extensão, todos voltados para a formação de professores do ensino fundamental em cidades do interior, como expressão e concretização da responsabilidade social e política da Universidade para com a sociedade/comunidade em que vive. Entre outros:

- cursos de formação de diretores sem formação superior;
- formação de professores da quinta série e segundo grau.

Como professora da UEFS e técnica da Equipe de Educação do MOC – Movimento de Organização Comunitária, desde 1994, ano em que nasceu o CAT – Programa de



Capacitação de Professores Rurais em Metodologias Adequadas à Área Rural atua:

- na coordenação geral do CAT;
- na capacitação específica dos professores em Língua Portuguesa;
- elaboração e publicação de textos sobre o programa CAT, entre os quais:

– ***Adequação curricular no semi-árido da Bahia***, publicado em Alfabetização e Cidadania – Revista de Educação de Jovens e Adultos n.11 – abril de 2001 – RAAAB (Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil) -- pp.61-74.

– ***Escola Rural: uma experiência, uma proposta*** (Organizadora): livro texto publicado pela Universidade Estadual de Feira de Santana, MOC e prefeituras municipais de Retirolândia, Santa Luz, Santo Estevão e Valente, contendo a fundamentação metodológica e pedagógica do CAT, assim como orientações de ação para os professores. Segunda Edição – 1999.

- atualmente dedica-se, na UEFS e no MOC, integralmente a este projeto.

## **Serviço de Tecnologia Alternativa**

O **Serta** foi criado em 3 de agosto de 1989, por um grupo de produtores rurais, técnicos e educadores. O objetivo inicial foi criar um espaço próprio e autônomo de ação, reflexão e proposição sobre as questões ambientais, técnicas e políticas ligadas à Agricultura Familiar. Seus sócios fundadores foram 45 pessoas dos municípios de Tacaimbó, Gravata, Chá Grande, Surubim, Orobó, João Alfredo e Bom Jardim.

A partir de 1992, o Serto passou a desenvolver propostas de Políticas para o Desenvolvimento Rural e Municipal e iniciou a construção de uma proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável, que proporcionou muita articulação com os espaços públicos municipais.

A partir de 1996, a equipe técnica do Serto e sua diretoria passaram a atuar em municípios da zona da mata, primeiro numa parceria com o Centro das Mulheres do Cabo e participando da Articulação de Entidades na Mata Sul de Pernambuco. Nesses espaços, o Serto estruturou mais sua equipe técnica, que passou a produzir e sistematizar sua metodologia de trabalho, seus princípios filosóficos e investiu em sua capacidade instalada, em parcerias com instituições do terceiro setor e governamentais.

Atualmente, o Serto está com sua sede instalada no Campo da Sementeira, espaço cedido pela prefeitura de Glória do Goitá e desenvolve a maioria das suas atividades em parceria com prefeituras e sociedade civil dos municípios de Feira Nova, Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga e Pombos, microrregião batizada pelo nome de Bacia do Rio Goitá, por conta desse rio banhar os 4 municípios; e com a Aliança

com o Adolescente pelo Desenvolvimento do Nordeste, uma articulação do Instituto Ayrton Senna, Fundação Kellogg, Fundação Odebrecht e área social do BNDES.

Os campos de atuação mais comuns são na área de formação de educadores e técnicos, formação de adolescentes na perspectiva do empreendedorismo juvenil, agricultura orgânica, organização comunitária, associativismo, gestão de políticas públicas, empreendimentos culturais sempre numa perspectiva holística para o desenvolvimento sustentável.

O Serta está na raiz da proposta educacional adequada à realidade do campo aqui descrita e foi a partir da experiência do Serta que o MOC também iniciou suas atividades de capacitação de professores rurais na metodologia aqui descrita.

## **Movimento de Organização Comunitária**

O **MOC** é uma entidade criada há mais de 37 anos. Sempre atuou na região sisaleira da Bahia.

A história do MOC demonstra uma ação voltada para os mais pobres e especialmente para os agricultores familiares.

São muitos os programas e projetos desenvolvidos pelo MOC nas suas linhas de trabalho; no início com recursos da cooperação internacional e, atualmente, acessando também recursos governamentais.

As áreas básicas de ação do MOC são as seguintes:

**Educação Básica Rural** – capacitação de monitores da jornada ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, com ênfase para a experiência das malas de lei-

tura; capacitação de professores rurais em metodologias adequadas e respeitadoras da realidade rural. Destaque para o Projeto CAT, descrito neste texto.

**Gênero** – assessoria ao movimento de mulheres trabalhadoras rurais e dimensão de gênero para os programas do MOC.

**Apoio à Viabilização da Agricultura Familiar no Semi-Árido** – este programa procura viabilizar a agricultora familiar por meio de três ações básicas: assistência técnica e capacitação; acesso ao crédito oficial pelos bancos oficiais ou pelas cooperativas de crédito; acesso à água e comercialização.

**Políticas Públicas** – capacitação de pessoas e organizações para interferir em políticas públicas municipais e regionais, por meio da participação em conselhos, interferência em orçamentos e fiscalização de projetos e políticas da região.

A estratégia básica de ação do MOC é o desenvolvimento de projetos inicialmente em escala micro, como escola de aprendizagem e teste de experiências, para daí se projetar para a interferência em políticas públicas.

Decorrente desta filosofia muitos projetos do MOC, a exemplo dos de educação, já são desenvolvidos em parceria com prefeituras e até o Estado, após terem sido experimentados em escala menor na esfera do próprio movimento.

**PRODUÇÃO EDITORIAL**



***Projeto Gráfico***  
Tereza Vitale

***Diagramação e Capa***  
Daniel Dino

SCS · Quadra 6 · Bloco A  
Edifício Presidente · sala 309  
tel. (61) 321-3363  
fax. (61) 223-5702  
e-mail: [diretoria@editorialabare.com.br](mailto:diretoria@editorialabare.com.br)  
[www.editorialabare.com.br](http://www.editorialabare.com.br)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)